



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Direcção Regional do Centro
PORTUGAL

Técnico Responsável

Pedro Nogueira Ramos

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

Número - III

1997

FICHA TÉCNICA

Catálogo Recomendada

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO. Coimbra, 1993 -
Estudo sobre o poder de compra concelhio / Instituto Nacional de Estatística,
Direcção Regional do Centro, Gabinete de Estudos Regionais. -Nº1(1993)- .
Coimbra: INE - DRC, 1993 - . - 30 cm
Bienal
ISSN 0872-5977

Director

Director Regional do INE
Prof. Doutor Henrique Albergaria

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Direcção Regional do Centro

Direcção Regional do Centro

Rua Aires de Campos, Casa das Andorinhas 3000 COIMBRA
Tel. 039 - 403006 Fax. 039 - 403018

Design e Composição Gráfica

João Pega

Impressão e Acabamentos

INE - Secção de Reprografia

Tiragem

750 exemplares

Depósito legal N°

68180/93

Preço

3 000\$00 (inclui IVA a 5%)



INCLUI A INFORMAÇÃO EM SUPORTE MAGNÉTICO

ÍNDICE

Introdução	5
Nota Metodológica	7
Indicador per Capita	11
Introdução	13
País por NUTS II	16
País por NUTS III	16
País por Concelhos	17
Listagem do Indicador per Capita	18
Região Norte por Concelhos	20
Região Centro por Concelhos	21
Região de Lisboa e Vale do Tejo por Concelhos	22
Região do Alentejo por Concelhos	23
Região do Algarve por Concelhos	24
Região Autónoma dos Açores por Concelhos	25
Região Autónoma da Madeira por Concelhos	26
Percentagem de Poder de Compra	27
Introdução	29
País por Concelhos	31
Listagem da Percentagem do Poder de Compra	32
Factor Dinamismo Relativo	35
Introdução	37
País por NUTS II	39
País por NUTS III	39
País por Concelhos	40
Listagem do Factor Dinamismo Relativo	41
Uma Breve Análise da Evolução Temporal do EPCC	43
Lista dos Concelhos	46

O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) infere, a partir de um vasto leque de variáveis, e recorrendo a um modelo de análise factorial, um conjunto de indicadores que caracterizam os concelhos portugueses do ponto de vista do poder de compra aí manifestado. A sua grande vantagem resulta pois de proporcionar informação à micro-escala do concelho, unidade territorial para que não existem, no sistema estatístico português, medidas quantificadas de variáveis tão importantes como o rendimento ou o consumo. Contudo, porque se trata da aplicação de um modelo específico (e não de uma operação clássica de produção estatística), o EPCC não consegue produzir estimativas de qualquer uma daquelas duas variáveis, a que corresponde, na tradição da teoria económica e da contabilidade nacional, um âmbito conceptual bem delimitado. O “poder de compra” a que se refere o EPCC é unicamente um índice, ou um conjunto de índices, que funcionam como *proxys*, mas não devem ser confundidos com o rendimento ou o consumo. O EPCC não envereda, igualmente, pela via fácil da construção de médias de variáveis avulsas, arbitrariamente ponderadas, que tem caracterizado alguns estudos alternativos disponíveis em Portugal. Ao contrário, o modelo sobre que se baseia o EPCC não só estima endogenamente os coeficientes com que cada variável contribui para cada indicador, como permite, se correctamente interpretado, discernir as variáveis que devem ser incluídas das que são excluídas da análise.

A presente publicação, que constitui a terceira versão do EPCC, distingue-se das duas anteriores, com datas de capa de 1993 e 1995, essencialmente por dois aspectos:

- em primeiro lugar, os dados estatísticos sobre que se baseia são obviamente mais recentes que nas versões anteriores; a maioria das variáveis utilizadas neste EPCC nº 3 referem-se ao ano de 1995, enquanto nas versões anteriores os anos dominantes foram 1990 e 1993;
- em segundo lugar, o número de variáveis utilizadas na construção dos índices é agora 17, contra 12 e 15 nas duas primeiras versões, o que constitui uma considerável melhoria face a essas edições, até porque a variância total das variáveis de base, incrementada obviamente quando o número de variáveis cresce, é explicada nesta terceira versão pelo conjunto dos indicadores, numa percentagem próxima da obtida na segunda versão, e consideravelmente superior ao registo da primeira.

São pois, as seguintes as variáveis em que se baseia este EPCC nº 3:

- Imposto sobre veículos, contabilizado pelas Câmaras Municipais, *per capita*, 1995 (Fonte: INE);
- Consumo doméstico de electricidade¹, *per capita*, 1995 (Fonte: Rede Eléctrica Nacional e Serviços Regionais de Estatística das Regiões Autónomas);
- Número de telefones (postos principais da Telecom), *per capita*, 1995 (Fonte: Portugal Telecom);
- Número de empresas da CAE 52 (comércio a retalho), com actividade, sediadas nos concelhos, *per capita*, segundo uma fotografia da base Belém, que inclui dados físicos de 1996 e económicos de 1995 (Fonte:

¹ Inclui somente os fornecimentos da EDP, EEM e EEA.

- INE);
- Número de pessoas ao serviço nas empresas da CAE 52 (comércio a retalho), com actividade, sediadas nos concelhos, *per capita*, segundo a fotografia mencionada em cima (Fonte: INE);
 - Valor das hipotecas em prédios em propriedade horizontal, *per capita*, realizadas em 1995 (Fonte: INE);
 - Valor dos depósitos à ordem em estabelecimentos bancários localizados nos concelhos (excepto Banco de Portugal), *per capita*, 1995 (Fonte: INE);
 - Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados nos concelhos (excepto Banco de Portugal), *per capita*, 1995 (Fonte: INE);
 - Valor dos levantamentos em caixas multibanco, *per capita*, 1995 (Fonte: SIBS);
 - Taxa de urbanização (população em lugares com mais de 3.500 habitantes em proporção da população presente nos concelhos no momento censitário), 1991 (Fonte: INE);
 - Densidade populacional em 1995 (Fonte: INE);
 - Contribuição Predial Autárquica, inscrita como receita das Câmaras Municipais, *per capita*, 1995 (Fonte: INE);
 - Sisa contabilizada pelas Câmaras Municipais, *per capita*, 1995 (Fonte: INE);
 - Número de empresas da CAE 55 (alojamento e restauração), com actividade, sediadas nos concelhos, *per capita*, segundo uma fotografia da base Belém, que inclui dados físicos de 1996 e económicos de 1995 (Fonte: INE);
 - Número de pessoas ao serviço em empresas da CAE 55 (alojamento e restauração), com actividade, sediadas nos concelhos, *per capita*, conforme a fotografia mencionada em cima (Fonte: INE);
 - Superfície pavimentada, licenciada pelas Câmaras Municipais, para construção nova de edifícios destinados a hotéis e outros alojamentos temporários, *per capita*, média de 1995 e 1996 (Fonte: INE);

- Número total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros inscritos na Direcção Geral do Turismo, *per capita*, 1995 (Fonte: INE).

Todas as variáveis calculadas em termos *per capita*, foram-no por divisão pela população residente, estimada pelo INE, para 31/12/1995.

Com base nestas variáveis, e por recurso à metodologia estatística já referida, e descrita à frente de modo mais pormenorizado, foram construídos três indicadores:

- O Indicador *per Capita* do poder de compra (primeiro factor da análise);
- A Percentagem do Poder de Compra (derivada do primeiro factor);
- O Factor Dinamismo Relativo (segundo factor da análise).

O Indicador *per Capita* é um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente nos diferentes concelhos e regiões, com esse valor de referência nacional. A Percentagem do Poder de Compra reflecte o peso do poder de compra de cada concelho e região, que transparece do Indicador *per Capita*, no total do país que assume o valor 100%. O Factor Dinamismo Relativo mede a tendência, sobretudo em termos de dinâmica comercial, que subsiste depois de retirada a influência do poder de compra regularmente manifestado nos concelhos e regiões do país. Este último indicador, que se expressa também em proporção dos residentes nos concelhos, reflecte sobretudo o poder de compra associado aos fluxos populacionais de raiz turística que geralmente assumem uma mera natureza sazonal.

A presente publicação inclui uma disquete que para além de conter as principais tabelas que também constam do texto impresso, inclui ainda os valores dos índices para outras divisões geográficas, como os distritos, as regiões agrárias e as regiões turísticas. A disquete possui também um dispositivo que permite calcular o valor de qualquer dos três indicadores, e da população, para qualquer agrupamento de concelhos a seleccionar pelo utilizador. Por fim, a disquete contém facilidades de exportação dos valores dos três índices, e da população, para folhas de cálculo diversas que viabilizam a livre manipulação dos dados pelo utilizador,

NOTA METODOLÓGICA

A metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio assenta na análise factorial. O modelo utilizado é do tipo:

$$X = F \cdot A + U$$

em que X é uma matriz $n \times m$, em que cada uma das m colunas é uma variável estatística observada, sendo n o número de observações. A ideia fundamental é que as m variáveis são todas elas explicadas por um conjunto pequeno de p factores comuns. A matriz F , de dimensões $n \times p$, é constituída, pois, pelos valores (desconhecidos) que os p factores assumem em cada um dos n pontos amostrais, sendo a matriz A ($p \times m$) constituída pelos coeficientes (também desconhecidos) que quantificam o contributo marginal de cada factor para a explicação de cada variável. Finalmente, a matriz U ($n \times m$) é constituída pelas componentes específicas, ou seja, compreende a parcela de cada variável não explicada por factores comuns, mas antes associada à ideossincrasia da própria variável. As colunas da matriz U são, por hipótese, não correlacionadas, quer entre si, quer com os factores, isto é, com as colunas da matriz F .

Sublinhe-se que o modelo de análise factorial só exige informação sobre as variáveis (só a matriz X é observada), e não sobre os factores. A matriz F , desconhecida *a priori*, é estimada conjuntamente com a matriz A . No modelo desenvolvido neste estudo impõe-se *a priori* a ortogonalidade dos factores, isto é, supõe-se que também as colunas de F possuem entre si coeficientes de correlação nulos.

No Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio nº 3, a matriz X é constituída por 17 variáveis, observadas nos 305 concelhos do país. As 17 variáveis, que já foram descritas na Introdução, serão doravante abreviadas do

ISVEIC -	Imposto sobre veículos <i>per capita</i>
ELECTRIC -	Consumo doméstico de electricidade <i>per capita</i>
TELEFON -	Número de telefones (postos principais da TELECOM) <i>per capita</i>
NEMPCOM -	Número de empresas de comércio a retalho, com sede nos concelhos, <i>per capita</i>
NPSCOM -	Número de pessoas ao serviço nas empresas de comércio a retalho, com sede nos concelhos, <i>per capita</i>
HIPOPHOR -	Valor das hipotecas em prédios em propriedade horizontal <i>per capita</i>
DEPORD -	Depósitos à ordem em estabelecimentos bancários localizados nos concelhos, <i>per capita</i>
CREDHAB -	Crédito à habitação concedido pelos estabelecimentos bancários localizados nos concelhos, <i>per capita</i>
LEVMULT -	Valor dos levantamentos em caixas multibanco, <i>per capita</i>
TXURB35 -	Taxa de urbanização calculada com dados censitários
DENSIDAD -	Densidade populacional
CONTAUT -	Contribuição Predial Autárquica <i>per capita</i>
SISA -	Sisa <i>per capita</i>
NEMPREST -	Número de empresas de restauração e hotelaria, com sede nos concelhos, <i>per capita</i>
NPSREST -	Número de pessoas ao serviço nas empresas de restauração e hotelaria com sede nos concelhos, <i>per capita</i>
LICHOT -	Superfície pavimentada, licenciada pelas Câmaras Municipais, para construção nova de hotéis e outros alojamentos temporários, <i>per capita</i>
DORMID -	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, <i>per capita</i>

seguinte modo:

Estas variáveis foram seleccionadas, endogenamente, dentro de um conjunto de cerca de 40 variáveis, tendo sido as que revelaram um melhor desempenho no quadro do modelo. Ainda assim, e no que respeita à escolha das variáveis, importa sublinhar os seguintes aspectos:

- Embora todas as variáveis se encontrem intimamente associadas ao poder de compra, nenhuma pode ser considerada uma sua representação fiel; se assim não fosse dispensar-nos-íamos do recurso às metodologias, sempre mais complexas, de análise multivariada.
- A selecção das variáveis obedeceu a uma óptica não de geração do rendimento, mas de utilização do rendimento, o que justifica a não consideração de variáveis ligadas à produção.
- Em consequência deste critério de captação de variáveis essencialmente associadas à utilização do rendimento, e porque essas variáveis têm geralmente uma tradução mercantil, crê-se que o fenómeno do autoconsumo está insuficientemente reflectido nos indicadores construídos.
- O que importa, em termos de cada variável, é a sua estrutura espacial, e não propriamente os valores tomados por cada observação; daí que não tendo sido possível proceder à recolha de variáveis todas reportadas ao mesmo ano, se tenha aceiteado como mal menor a introdução na análise de algumas variáveis temporalmente desfasadas.
- Porque o que releva é a estrutura espacial, e não o valor, e dado que as diferentes variáveis se exprimem em unidades de medidas distintas, procedeu-se, previamente à análise factorial propriamente dita, à estandarização de todas as variáveis (subtracção da média aritmética simples e divisão pelo desvio-padrão).

A análise factorial empreendida compôs-se de diferentes fases. Numa primeira etapa procedeu-se à extracção factorial em que o método utilizado foi o das componentes principais. Sublinhe-se que estabelecidas as variáveis a incluir na análise, o número de factores a reter é endógeno. Escolheram-se obviamente os factores cuja variância é susceptível de explicar uma

maior percentagem da variância total das variáveis, tendo o critério de exclusão apontado para que se prescindisse do contributo de factores cuja variância se revelasse inferior à das variáveis. A segunda etapa da análise factorial é designada de rotação, tendo sido utilizada nesta fase a técnica do quartimax. Finalmente, computou-se a matriz dos coeficientes dos scores, que permite operar a transformação da matriz X na matriz F, tendo o método utilizado sido o da regressão.

No presente Estudo foram retidos dois factores, que se revelaram capazes de explicar 69,1% da variância total das dezassete variáveis. O primeiro desses factores foi interpretado como um “Indicador *per Capita*” (IpC) do poder de compra regularmente manifestado nos concelhos, que explica sozinho (após rotação) 47,8% da variância total das variáveis. O segundo factor, designado “Factor Dinamismo Relativo” (FDR), entendido como a dinâmica comercial e habitacional que subsiste para além da influência do primeiro factor, associa-se fortemente ao fenómeno turístico e explica (após rotação) 21,3% da variância total das variáveis.

O Quadro nº1 apresenta, em termos de cada uma das variáveis, a percentagem das suas variâncias explicada pelo modelo, isto é, pelos dois factores conjuntamente

VARIÁVEIS	COMUNALIDADES
ISVEIC	.82238
ELECTRIC	.73898
TELEFON	.68417
NEMPCOM	.41747
NPSCOM	.70558
HIOPHOR	.66532
DEPORDEM	.67875
CREDHAB	.78160
LEVMULT	.85721
TXURB35	.60308
DENSIDAD	.62279
CONTAUT	.91279
SISA	.70900
NEMPREST	.78130
NPSREST	.83366
LICHOT	.18284
DORMID	.75694

(comunalidades):

Quadro nº 1

Comunalidades

Outro conjunto de informação que importa analisar como forma de aferir da qualidade da análise empreendida, são os coeficientes de correlação entre cada uma das 17 variáveis e cada um dos dois factores (*loadings*). Dado que, por construção, os dois factores são ortogonais, então a matriz dos *loadings* coincide com a matriz A (transposta) do nosso modelo. O Quadro nº 2

VARIÁVEIS	IPC	FDR
ISVEIC	.88063	.21651
ELECTRIC	.71128	.48277
TELEFON	.79291	.23550
NEMPCOM	.51097	.39545
NPSCOM	.82093	.17790
HIOPHOR	.79440	.18507
DEPORDEM	.80884	-.15663
CREDHAB	.85937	-.20754
LEVMULT	.88807	.26179
TXURB35	.75835	-.16730
DENSIDAD	.70302	-.35854
CONTAUT	.61934	.72746
SISA	.73389	.41280
NEMPREST	.35288	.81042
NPSREST	.52260	.74870
LICHOT	.01051	.42747
DORMID	.28950	.82045

é a matriz dos *loadings* (após rotação):

Quadro nº 2

Loadings

Finalmente o Quadro nº 3 dá-nos conta do conjunto de coeficientes que permite transformar a matriz X das variáveis, na matriz F dos factores, viabilizando assim o cômputo dos dois indicadores IpC e FDR.

Para além dos dois índices já mencionados (IpC e FDR), julgou-se interessante, no âmbito deste Estudo, proceder ao cálculo de um terceiro indicador, designado de “Percentagem do Poder de Compra” (PPC). A ideia

subjacente a este terceiro índice foi analisar a concentração do poder de compra nos diferentes concelhos, tendo em conta que as manchas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional, dependem não só do poder de compra *per capita* dos cidadãos, mas também da distribuição espacial da população. O indicador PPC não resulta directamente

VARIÁVEIS	IPC	FDR
ISVEIC	.11323	-.01641
ELECTRIC	.05955	.09319
TELEFON	.09775	-.00075
NEMPCOM	.03774	.08376
NPSCOM	.10803	-.02357
HIOPHOR	.10320	-.01834
DEPORDEM	.14083	-.13797
CREDHAB	.15390	-.16080
LEVMULT	.10968	-.00152
TXURB35	.13416	-.13642
DENSIDAD	.14546	-.19680
CONTAUT	.02003	.18731
SISA	.07028	.06666
NEMPREST	-.02962	.24360
NPSREST	.00292	.20468
LICHOT	-.04268	.14669
DORMID	-.04042	.25363

da análise factorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada concelho no todo nacional em 1995.

Quadro nº 3

Coefficientes dos Scores

Assinale-se, ainda, que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, e para o País, resulta também da ponderação dos valores assumidos pelos índices à escala concelhia, pelos pesos demográficos dos concelhos nos diferentes espaços regionais considerados.

Um aspecto que importa sublinhar é que no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, à semelhança do que ocorre na grande maioria das estatísticas, a fiabilidade dos diferentes indicadores é tanto menor quanto maior a desagregação. Quer isto dizer, que nos indicadores

fornecidos por este Estudo, os valores propostos para as Regiões NUTS I, II ou mesmo III, estão sujeitos a uma margem de erro inferior à dos valores concelhios. Ainda assim, e porque se julga que o interesse do utilizador se orienta fundamentalmente para as unidades espaciais mais pequenas, onde as alternativas em termos de informação são escassas, optou-se por publicar também os valores dos diferentes indicadores para os concelhos, sob reserva que na sua leitura e utilização se deve proceder com a necessária cautela.

Uma importante nota deve merecer a atenção dos utilizadores deste Estudo. As dezassete variáveis que constituem a informação de base da análise exprimem-se em unidades de medida diferentes e, em consequência, como já foi assinalado, foram previamente estandarizadas. Os factores obtidos a partir destas variáveis: IpC e FDR, são também originalmente variáveis estandarizadas. Significa isto que as unidades de medida dos dois factores são indeterminadas. Os dois índices são, pois, susceptíveis de transformações lineares, sem prejuízo do seu significado enquanto números cardinais. Estas transformações lineares são somente mudanças de escala. Tecnicamente, a escolha de um sistema de medida para os indicadores equivale a atribuir-lhes, de forma arbitrária, uma média e um desvio-padrão. No presente estudo procedeu-se do seguinte modo na escolha da escala de referência dos dois factores:

- No IpC atribuiu-se o valor 100 ao todo “País”, e optou-se por um coeficiente de variação relativamente à média aritmética simples de cerca de 0,48, igual ao da variável NPSCOM, que se presumiu possuir uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária.
- O FDR é apresentado como variável estandarizada (procedimento não menos arbitrário que outro qualquer).

Se a escolha arbitrária de sistemas de medida para os dois indicadores IpC e FDR, fornecidos directamente pela análise factorial, não suscita problemas severos na interpretação desses índices, dado que, como já se referiu, as mudanças de escala preservam o seu significado enquanto cardinais, o mesmo já não pode

ser dito relativamente ao indicador PPC. O peso de cada concelho no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida seleccionado para o índice IpC, donde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, todas as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração de poder de compra, devem ser efectuadas e interpretadas com a maior cautela, dado que reflectem criticamente a escala escolhida na mensuração do IpC. Adverte-se, nomeadamente, para a possibilidade de concentração de poder de compra exagerar a própria concentração de rendimento monetário, dada a provável tendência à manifestação daquele, de forma mais que proporcional, nos pontos de rendimento *per capita* mais elevado.

Assinale-se por fim, que a metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio é particularmente adequada ao confronto espacial dos diferentes indicadores de poder de compra apresentados, mas ajusta-se menos a comparações temporais. Valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste Estudo, podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- De o conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente nas três versões do Estudo;
- De erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em todas;
- Das alterações do sistema de medida do IpC, efeito que se julga poder ser significativo neste Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio nº 3, dado que o coeficiente de variação do índice que fora meramente incrementado de 0,55 para 0,56 entre as duas primeiras versões, foi agora reduzido para cerca de 0,48.

O resultado desta última alteração, na escala em que foi medido o IpC, é que este indicador, e também a PPC que o reflecte, apontam para menores desequilíbrios regionais na distribuição espacial do poder de compra quotidianamente manifestado nos concelhos. Com efeito, de um modo geral, os concelhos com um maior poder de compra viram reduzir-se, quer o seu IpC quer a sua PPC, neste Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio nº 3, em relação às duas versões anteriores, tendo acontecido o inverso nos concelhos com um poder de compra mais diminuto. Esta redução na variabilidade

Indicador per Capita

INTRODUÇÃO

O Indicador *per Capita* (IpC) é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100. Nesta parte analisa-se a distribuição do IpC por regiões NUTS I, II e III, e também por concelhos, seguindo-se um ordenamento exaustivo dos valores assumidos por esses indicadores nas diferentes regiões e concelhos. Procede-se, finalmente, a uma breve descrição do IpC no interior de cada uma das sete regiões NUTS II em que se reparte o País.

O poder de compra manifestado no Continente português é, em termos *per capita*, segundo o IpC, consideravelmente superior ao constatado nas Regiões Autónomas. Enquanto o espaço continental supera a média do País em 2%, a Região Autónoma da Madeira queda-se por um registo de 64,4 no IpC, e a Região Autónoma dos Açores fica-se por um mero valor de 60,6. Nas regiões continentais, verifica-se que a Região de Lisboa e Vale do Tejo é a que revela, com base no IpC, um maior poder de compra *per capita*, superando a média do País em 42,9 pontos. Entre as outras regiões, somente o Algarve possui um IpC superior à média nacional que ascende a 106,5. As Regiões Norte e Centro verificam valores no IpC respectivamente de 83,2 e 71,1, enquanto o Alentejo é a última região continental nesta ordenação com um registo de 68,0.

Do conjunto destes valores, respeitantes às regiões NUTS I e II em que se divide o território português para fins estatísticos, os aspectos mais relevantes prendem-se fundamentalmente com:

- A posição da Região Norte, com um registo no IpC não só muito inferior a Lisboa e Vale do Tejo, mas mesmo à média nacional;

- A posição do Algarve, que ultrapassa a média do País, em poder de compra *per capita*, em mais de 6%;

- A pequena distância (pouco mais de 3 pontos) que separa a Região Centro do Alentejo;

- O registo das Regiões Autónomas, que as posiciona na cauda da tabela, separadas ainda das regiões continentais, incluindo o Alentejo, por uma distância apreciável.

Quanto à Região Norte, o primeiro aspecto que importa sublinhar é a heterogeneidade deste espaço regional. Com efeito, coexistem nesta região concelhos com um elevado valor do IpC, com outros que estão entre os mais baixos registos deste indicador: enquanto o Grande Porto vê o seu IpC situar-se mais de 30% acima da média nacional, por outro lado, entre os 50 concelhos com menor poder de compra do País, estão 28 localizados na Região Norte. O valor do índice para a região globalmente é, como é óbvio, uma média destas duas situações. Assinale-se, contudo, que algumas zonas industriais da Região Norte, como as que se agrupam nas NUTS III do Ave e do Tâmega, possuem valores relativamente baixos no seu IpC. Este indicador atribui 62,4 pontos ao Ave, e unicamente 47,2 ao Tâmega.

Uma segunda observação no que respeita ao registo da Região Norte, é que embora de facto distante do de outras regiões menos heterogéneas, como Lisboa e Vale do Tejo, e mesmo da média do País, o valor observado na Região Norte é ainda assim relativamente elevado. Com efeito, dos 305 municípios portugueses, somente 52 conseguem, tomados isoladamente, superar a média da Região Norte, o que coloca esta região claramente

na parte cimeira da tabela do IpC. O que acontece, e isso explica o valor inferior à média nacional, é que esta é muito elevada relativamente aos registos individuais dos concelhos, reflectindo o enorme peso demográfico dos municípios de maior poder de compra.

Quanto ao valor, superior à média, registado pela região do Algarve, este não se afigura inesperado, ainda que deva ser reconhecido que alguns municípios algarvios apresentam uma grande instabilidade no seu IpC, quando se comparam as diferentes versões do EPCC. O efeito desta instabilidade sobre o valor global do Algarve é, contudo, limitado. A grande variabilidade de posições nalguns concelhos, nomeadamente em Albufeira, reflecte a dificuldade do modelo em discernir o que é poder de compra quotidianamente manifestado, da titularidade sobretudo dos residentes na região, a atribuir ao IpC, do poder de compra dos turistas, de manifestação sazonal, que se deve reflectir no Factor Dinamismo Relativo.

A relativa proximidade entre os valores atribuídos pelo IpC ao Alentejo e à Região Centro, embora contrarie uma certa imagem do Alentejo, que se construiu nos últimos anos na opinião pública portuguesa, e que atribui a esta região uma enorme pobreza, é na realidade confirmada, e confirma, outras fontes estatísticas que têm vindo a público recentemente. É o caso das Contas Regionais que calculam também, quer um PIB *per capita*, quer um rendimento disponível das famílias, *per capita*, não muito distintos quando se confronta Alentejo e Região Centro.

Deve no entanto ser sublinhado, que o EPCC, nesta terceira versão, só localiza no Alentejo dois dos 50 municípios com menor poder de compra *per capita*: Barrancos e Portel. Simultaneamente, o Baixo Alentejo, que é a mais pobre das NUTS III em que se decompõe o Alentejo, ocupa uma posição confortável na escala do IpC, quando confrontada com a grande maioria das NUTS III do Norte e Centro interiores, e mesmo com os Açores. A insuficiente consideração dos rendimentos em

espécie, nomeadamente do autoconsumo, que são relativamente importantes nos meios rurais de outras regiões, mas não no Alentejo, e o tipo de povoamento mais concentrado nesta região, facilitando a penetração dos hábitos urbanos de consumo, poderá explicar a posição de relativo privilégio atribuída ao Alentejo no quadro do IpC.

Quanto às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, os baixos valores com que o IpC as penaliza deverão decorrer de várias ordens de factores. Por um lado, os motivos que justificam o encurtamento da distância entre o Alentejo e as restantes regiões continentais, explicam igualmente o alargar do fosso entre as Ilhas e a região alentejana: a saber, o escasso reflexo do autoconsumo nos índices, e o tipo de povoamento do território. Por outro lado, e em segundo lugar, a maior juventude da população insular, e a conseqüente maior dimensão média dos agregados familiares, são também razão para o relativo baixo desempenho das Regiões Autónomas segundo o IpC. Com efeito, não havendo uma ponderação distinta para adultos e seus dependentes, que reflecta as diferentes necessidades de consumo dos indivíduos consoante o seu escalão etário e a sua posição no agregado familiar, as diferentes variáveis de base, quando expressas em termos *per capita*, tendem a subestimar o bem-estar que se propõem representar, precisamente nas regiões mais jovens e com agregados mais numerosos. O exemplo mais extremo ocorre, provavelmente, no número de telefones *per capita*, que se reduz a metade quando a dimensão dos agregados duplica, apesar do bem-estar proporcionado se dever manter sensivelmente constante. Finalmente, algumas variáveis de base que têm um importante contributo para o IpC, como o imposto sobre veículos *per capita*, são afectadas pela especificidade insular, que no caso consiste na relativa pequena dimensão dos parques automóveis das Regiões Autónomas.

No que respeita à distribuição do IpC por regiões NUTS III, assinala-se no topo da lista dos maiores poder de

compra *per capita*, a Grande Lisboa e o Grande Porto, com registos neste indicador de 185,6 e 131,2 respectivamente. Também a Península de Setúbal, que supera a média do país em cerca de 11%, e o Algarve que a excede em 6%, ocupam como posição digna de nota. Seguem-se no *ranking* das NUTS III pelo seu IpC, agora já com valores inferiores à média nacional, o Baixo Mondego com 85,7 e o Pinhal Litoral com 83 pontos. Na cauda da tabela, por sua vez, encontram-se a Serra da Estrela (52,7), o Douro (50,9), o Tâmega (47,1) e o Pinhal Interior Sul (46,3). A posição do Tâmega, já referida atrás por possuir vários concelhos fortemente industrializados, pode pelo menos parcialmente ter sido influenciada por razões do tipo das já invocadas, para explicar o fraco desempenho das Regiões Autónomas, como a juventude da sua população e a dimensão média dos agregados familiares.

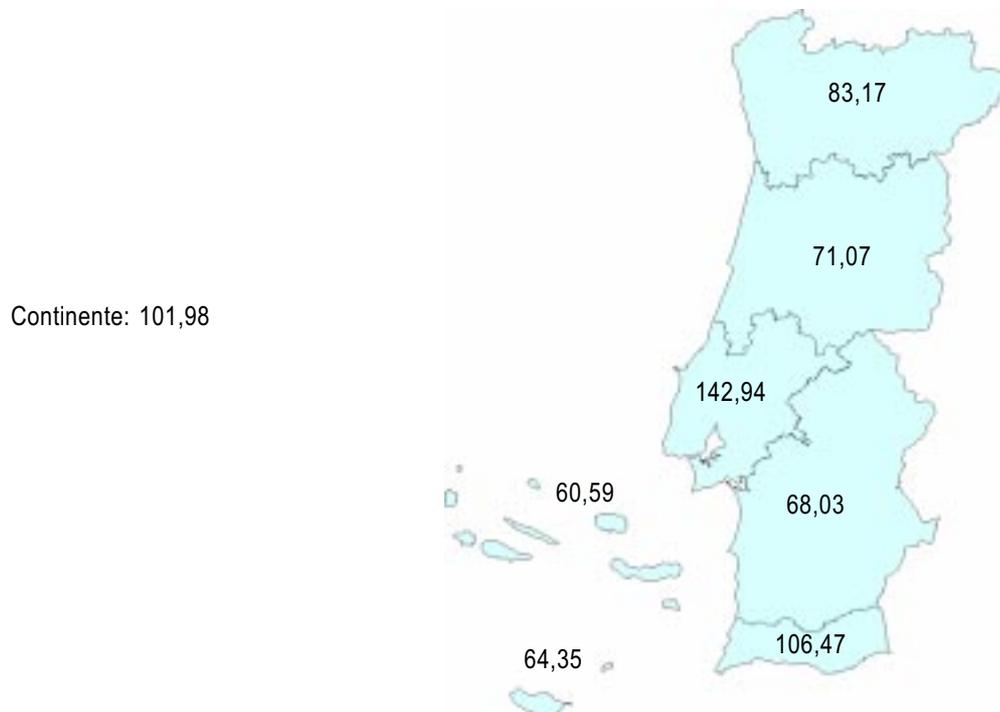
Quanto à distribuição concelhia do poder de compra *per capita*, realça-se que somente 31 concelhos dos 305 que compõem o País conseguem ultrapassar o índice 100, padrão que representa a média nacional. Nestes 31 concelhos, encontram-se a totalidade dos municípios que compõem a Grande Lisboa (7), a que se acrescentam 6 outros concelhos urbanos da margem sul do Tejo, e ainda 5 dos 9 municípios do Grande Porto. Esta preponderância dos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, entre os mais elevados scores do IpC que ultrapassam o valor de referência, vinca bem a característica dominante dos concelhos de mais elevado poder de compra: a sua natureza eminentemente urbana. De resto, também entre os concelhos que não se localizam nos dois grandes espaços metropolitanos nacionais, avultam os concelhos encabeçados pelas maiores cidades, como são os casos de Faro e Portimão no Algarve, e ainda Coimbra, Aveiro, Braga, Évora e Funchal. Para além dos casos já referidos, constam ainda da lista dos 31 maiores poder de compra *per capita*, mais quatro municípios algarvios: Albufeira, Loulé, Vila Real de Santo António e Lagos, e os casos peculiares de São João da Madeira e Entroncamento.

É de resto também o fenómeno urbano que explica o posicionamento destacado (4º e 12º) destes dois últimos concelhos. O que há de comum em São João da Madeira e no Entroncamento é a pequena área destes concelhos, que se esgota no próprio centro urbano. O que acontece, então, é que algumas variáveis contempladas no EPCC adquirem uma abrangência supra-concelhia, que não é normal na generalidade dos outros municípios. São o caso nomeadamente das variáveis que derivam da actividade bancária, como os depósitos à ordem, o crédito à habitação, e os levantamentos nas caixas multibanco, que nos dois municípios referidos poderão ter um raio de acção superior ao concelho, apesar de para efeitos do nosso estudo, o divisor que as converte em dados *per capita*, ser ainda e inevitavelmente a população concelhia.

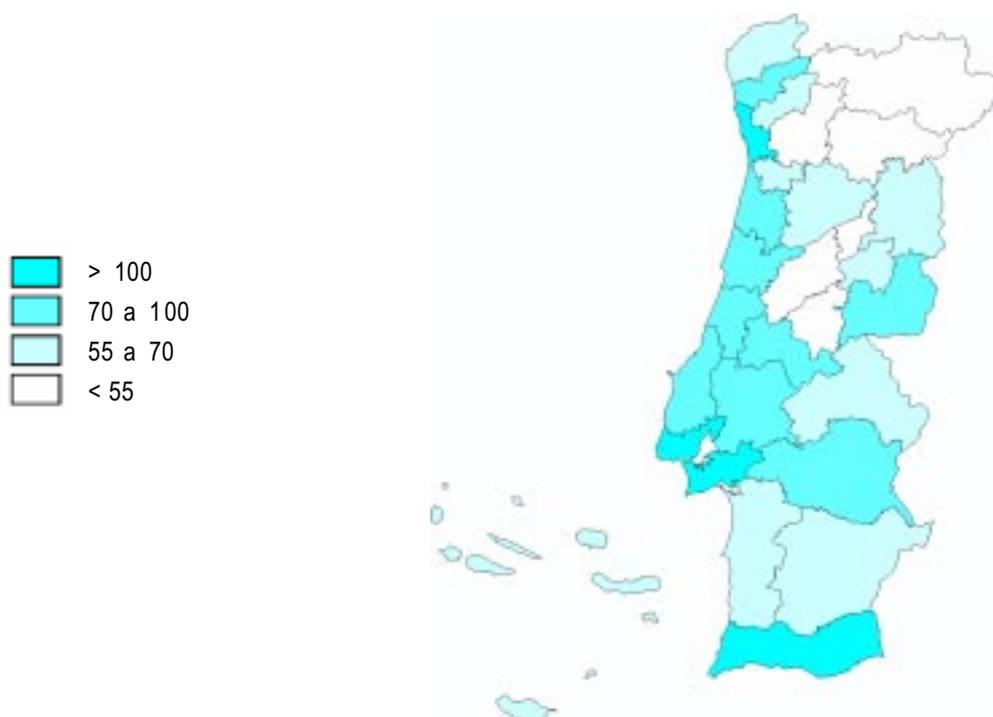
Uma referência, por fim, aos concelhos que denotam, segundo o IpC, um menor poder de compra *per capita*. Se tomarmos (de forma arbitrária) os últimos 50 concelhos no *ranking* daquele indicador, observamos de imediato o predomínio neste grupo da Região Norte, com 28 casos. Trata-se, contudo, sempre de pequenos concelhos do interior, pouco populosos, que conseqüentemente pouca influência têm no índice médio daquela região. Presença muito importante, neste grupo de 50 concelhos, tem igualmente a Região Autónoma da Madeira, com 8 concelhos (num total de 11 que compõem a região; de fora desta cauda ficam somente, para além do Funchal, Porto Santo e Santa Cruz). Dos restantes, neste grupo de 50, observam-se a presença de 7 concelhos da Região Centro, 4 dos Açores, 2 do Alentejo e 1 do Algarve (Alcoutim). Da totalidade dos 50 concelhos, nenhum tem características vincadamente urbanas nem sub-urbanas, não podem ser considerados concelhos industrializados, e se exceptuarmos as Ilhas nenhum tem contacto com o mar.

Indicador per Capita

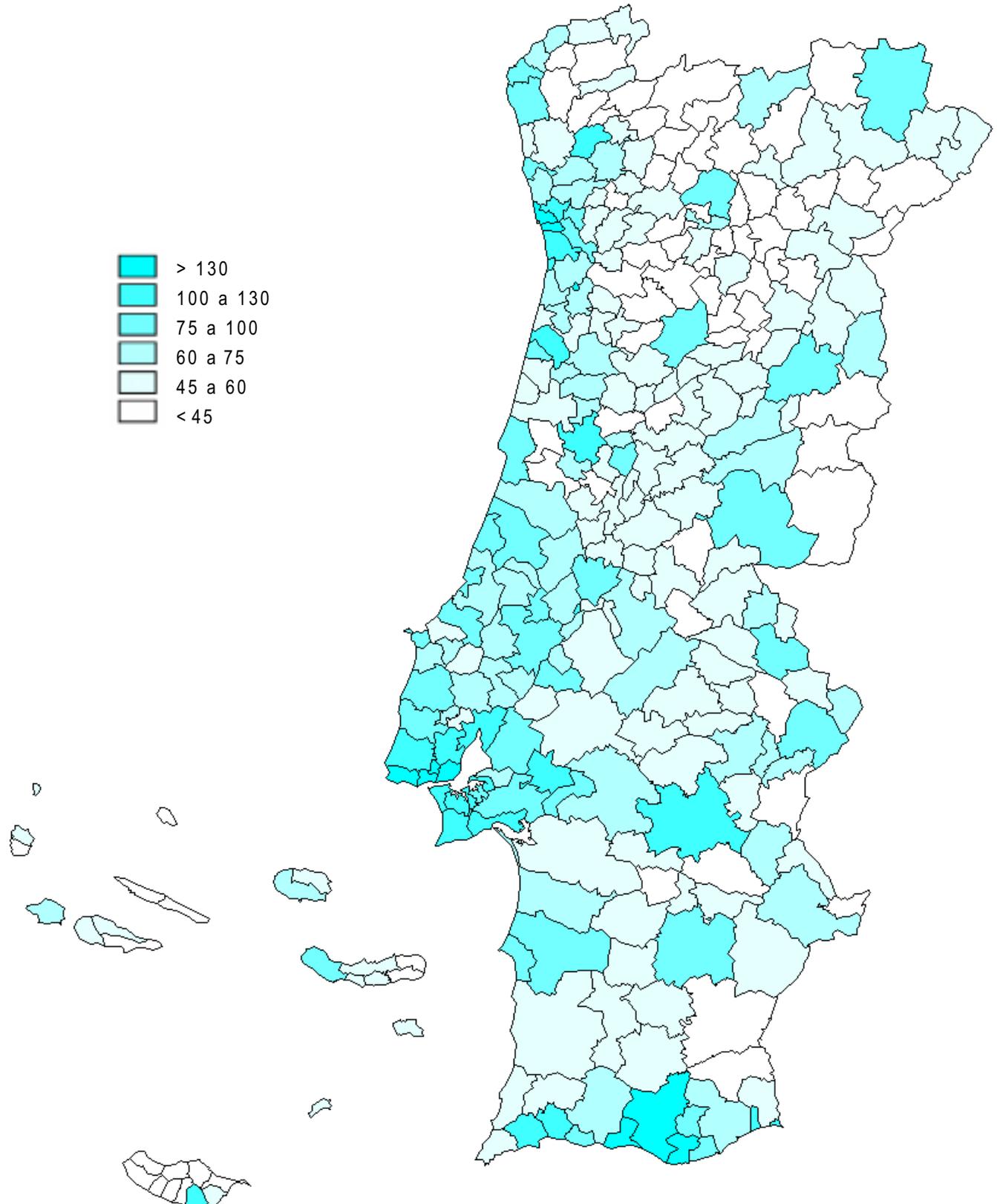
País por NUTS II



País por NUTS III



País por Concelhos



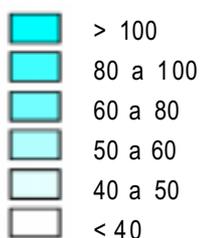
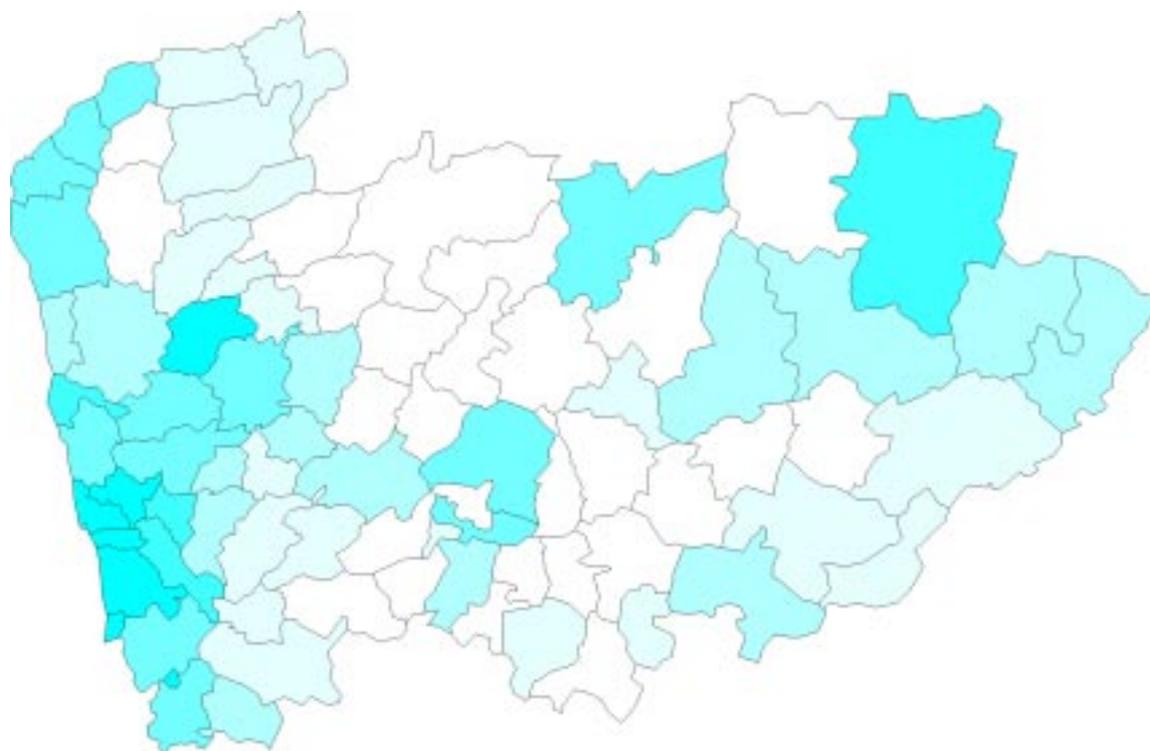
Indicador per Capita

Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC
Lisboa	314,20	Valongo	94,44	Médio Tejo	72,25	Anadia	62,79
Porto	221,21	Palmela	92,77	Lezíria Tejo	72,14	Estarreja	62,51
Grande Lisboa	185,63	Moita	92,12	Campo Maior	71,83	Vila Nova de Poiares	62,42
Albufeira	162,55	Vendas Novas	92,11	Beira Int. Sul	71,43	Alcochete	62,41
São João da Madeira	158,18	Lagoa/Algarve	91,95	Estremoz	71,29	Ave	62,40
Amadora	145,57	Beja	90,45	Batalha	71,24	Vila Nova de Cerveira	62,18
Oeiras	143,97	Gondomar	86,62	Cávado	71,21	Ponte de Sôr	61,66
R. Lisboa e V. Tejo	142,94	Viseu	86,50	Região Centro	71,07	Mealhada	61,50
Cascais	137,79	Baixo Mondego	85,74	Rio Maior	70,95	Golegã	61,39
Faro	134,25	Castelo Branco	85,70	Horta	70,87	Castelo de Vide	61,30
Loulé	131,60	Santarém	84,94	Sobral Monte Agraço	70,72	Lourinhã	61,12
Matosinhos	131,19	Figueira da Foz	84,92	Tavira	70,47	Baixo Alentejo	61,01
Grande Porto	131,18	Guarda	84,66	Covilhã	70,31	Moura	60,85
Almada	129,79	Ponta Delgada	84,53	Torres Novas	70,18	Condeixa-a-Nova	60,82
Entroncamento	125,55	Póvoa de Varzim	84,52	Chaves	70,15	Almeida	60,81
Portimão	124,29	Mafra	84,32	Entre Douro e Vouga	69,96	Pombal	60,65
Sintra	124,24	Nazaré	83,57	Montemor-o-Novo	69,76	R. A. Açores	60,59
Vila Real de Santo António	123,26	Região Norte	83,17	Águeda	69,44	Beira Int. Norte	60,57
Lagos	121,24	Pinhal Litoral	83,01	Alentejo Litoral	69,17	Azambuja	60,34
Setúbal	119,94	Portalegre	82,67	Valença	68,94	Dão-Lafões	59,98
Coimbra	119,01	Bragança	82,50	Silves	68,05	Albergaria-a-Velha	59,88
Aveiro	116,10	São Brás de Alportel	81,77	Alentejo	68,03	Vale de Cambra	59,37
Maia	115,69	Tomar	78,99	Guimarães	67,74	Mangualde	58,94
Península de Setúbal	111,26	Elvas	78,60	Borba	67,04	Constância	58,16
Espinho	111,11	Olhão	78,24	Cova da Beira	67,00	Paços de Ferreira	58,04
Seixal	110,02	Santiago do Cacém	76,60	Vila Viçosa	66,79	Minho-Lima	58,04
Barreiro	107,26	Ílhavo	76,31	Santa Maria da Feira	66,72	Castro Marim	57,69
Algarve	106,47	Vila Real	76,16	Alenquer	66,58	Felgueiras	57,60
Vila Franca de Xira	106,01	Caminha	75,61	Peso da Régua	65,85	Macedo de Cavaleiros	57,55
Sesimbra	104,66	Torres Vedras	75,54	Bombarral	65,40	Aljezur	57,42
Loures	103,60	Peniche	75,48	Alto Alentejo	65,31	Mirandela	57,25
Vila Nova de Gaia	103,41	Baixo Vouga	75,46	Vila Nova de Famalicão	65,19	Ansião	57,19
Braga	102,97	Almeirim	75,43	Oliveira de Azeméis	64,79	Murtosa	57,10
Continente	101,98	Lousã	75,38	Fundão	64,51	Oliveira do Hospital	56,71
Évora	101,09	Alcanena	75,32	Oliveira do Bairro	64,47	Viana do Alentejo	56,61
Montijo	100,32	Viana do Castelo	75,08	Alcobaça	64,42	Porto Santo	56,38
Funchal	100,17	Alentejo Central	75,02	R. A. Madeira	64,35	Cantanhede	56,37
País	100,00	Ovar	74,83	Abrantes	64,00	Monchique	56,23
Sines	98,71	Vila do Conde	74,47	Porto de Mós	63,52	Aljustrel	56,14
Marinha Grande	97,78	Cartaxo	74,36	Reguengos de Monsaraz	63,42	Vila do Bispo	56,12
Caldas da Rainha	97,67	Oeste	73,39	Santo Tirso	63,40	Esposende	56,02
Benavente	95,94	Vila Nova de Ourém	72,59	Alpiarça	63,05	Salvaterra de Magos	55,77
Leiria	95,19	Grândola	72,40	Angra do Heroísmo	62,94	Arruda dos Vinhos	55,73

Indicador per Capita

Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC
Redondo	55,69	Alvaiázere	50,34	Vila Velha de Ródão	45,50	Barrancos	38,74
Coruche	55,24	Ribeira Grande	50,32	Cuba	45,49	Meda	38,71
Seia	54,97	Amarante	50,26	Moimenta da Beira	45,49	Vouzela	38,71
Alto Trás-os-Montes	54,82	Vidigueira	50,05	Murça	45,36	Alijó	38,42
Santa Cruz das Flores	54,49	Castanheira de Pêra	49,97	Mação	45,30	Portel	38,25
Nisa	54,25	Trancoso	49,94	Vila Praia da Vitória	45,05	Vinhais	37,86
Belmonte	54,18	Corvo	49,93	Sátão	44,97	Alfândega da Fé	37,79
Paredes	54,11	Melgaço	49,91	Proença-a-Nova	44,49	Nordeste	37,65
Ferreira do Alentejo	54,07	Madalena	49,87	São Pedro do Sul	44,21	Vieira do Minho	37,62
Vimioso	54,06	Mora	49,77	Alvito	44,21	Baião	37,36
Pinhal Int. Norte	54,05	Ourique	49,27	Mértola	44,07	Valpaços	37,33
Miranda do Douro	53,99	Santa Cruz	49,10	Vila Nova de Paiva	44,01	Carraceda de Ansiães	37,27
Lamego	53,89	Pinhel	48,66	Amares	43,97	Calheta/Açores	37,27
Castro Verde	53,88	Lagoa/Açores	48,60	Mesão Frio	43,84	Machico	36,97
Vila Nova de Foz Côa	53,86	Torre de Moncorvo	48,16	Aguiar da Beira	43,83	Montalegre	36,92
Vila do Porto	53,71	Cadaval	48,03	Sabugal	43,77	Santa Marta de Penaguião	36,38
Mira	53,65	Serpa	47,92	Lajes do Pico	43,77	Penamacor	36,28
Gouveia	53,55	Crato	47,73	Soure	43,77	Paredes de Coura	36,20
Santa Comba Dão	53,41	Arraiolos	47,71	Montemor-o-Velho	43,24	Resende	36,19
Pampilhosa da Serra	53,32	Sertã	47,71	Arouca	43,14	Vila Flor	35,92
Sardoal	53,27	Marvão	47,65	Penela	43,13	Tabuaço	35,66
Barcelos	53,22	Óbidos	47,62	Alandroal	43,04	São João da Pesqueira	35,21
Nelas	53,19	Ponte da Barca	47,61	Santa Cruz da Graciosa	42,58	Mondim de Basto	34,89
Vagos	52,72	Penafiel	47,58	Velas	42,55	Ribeira Brava	34,80
Carregal do Sal	52,72	Castelo de Paiva	47,57	Arcos de Valdevez	41,90	Terras de Bouro	34,68
Serra da Estrela	52,70	Figueiró dos Vinhos	47,16	Tábua	41,82	Armamar	34,66
Mourão	52,50	Tâmega	47,15	Penedono	41,76	Tarouca	34,66
Alcácer do Sal	52,47	Alter do Chão	46,97	Monforte	41,70	Alcoutim	34,29
Odemira	52,39	Chamusca	46,77	Freixo de Espada à Cinta	41,62	Sabrosa	33,25
São Roque do Pico	52,35	Oleiros	46,72	Penalva do Castelo	41,41	Semancelhe	33,04
Tondela	52,28	Monção	46,53	Vila Verde	41,34	Porto Moniz	32,53
Mortágua	52,23	Oliveira de Frades	46,50	Gavião	41,07	Ribeira de Pena	31,68
Miranda do Corvo	52,08	Marco de Canavezes	46,29	Lousada	40,79	Câmara de Lobos	31,45
Avis	51,61	Vila de Rei	46,28	Penacova	40,78	Cinfães	31,20
Sousel	51,60	Pinhal Int. Sul	46,27	Lajes das Flores	40,61	Boticas	30,93
Vila Franca do Campo	51,36	Fronteira	46,22	Mogadouro	40,30	Ponta do Sol	29,97
Arganil	51,34	Góis	46,13	Idanha-a-Nova	40,12	Celorico de Basto	28,29
Fafe	51,32	Figueira Castelo Rodrigo	46,11	Castro Daire	39,68	Calheta/Madeira	26,65
Pedrógão Grande	51,25	Almodôvar	46,00	Cabeceiras de Basto	39,64	Santana	26,23
Vila Nova da Barquinha	51,07	Ferreira do Zêzere	45,89	Vila Pouca de Aguiar	39,57	São Vicente	20,26
Douro	50,87	Manteigas	45,80	Ponte de Lima	39,41		
Celorico da Beira	50,78	Arronches	45,57	Povoação	39,39		
Sever do Vouga	50,75	Póvoa de Lanhoso	45,52	Fornos de Algodres	39,20		

Região Norte por Concelhos

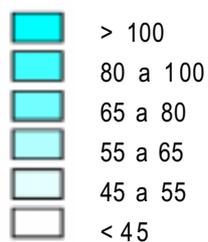
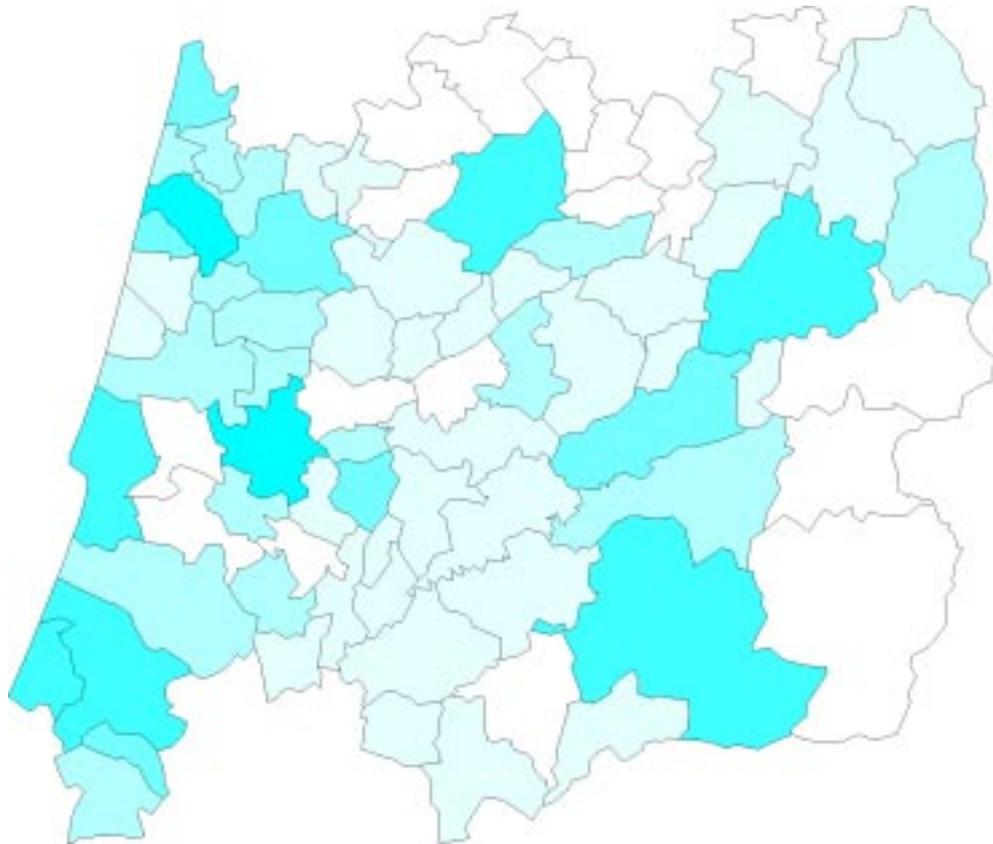


Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita
Porto	221,21
São João da Madeira	158,18
Matosinhos	131,19
Maia	115,69
Espinho	111,11
Vila Nova de Gaia	103,41
Braga	102,97
Valongo	94,44
Gondomar	86,62
Póvoa de Varzim	84,52

Valor do IpC na Região Norte: 83,17

Região Centro por Concelhos



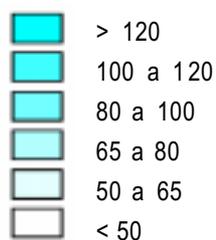
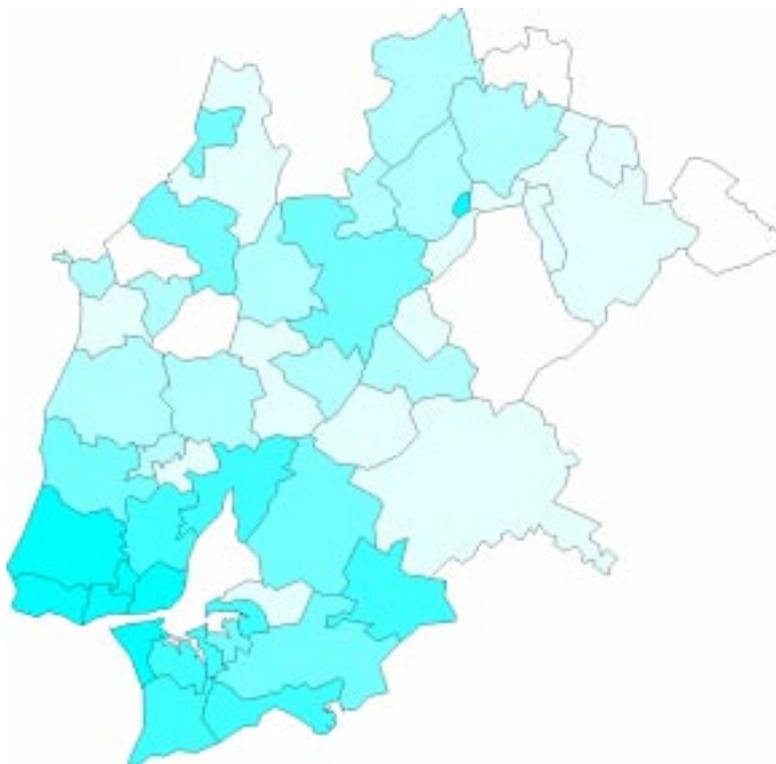
Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita
Coimbra	119,01
Aveiro	116,10
Marinha Grande	97,78
Leiria	95,19
Viseu	86,50
Castelo Branco	85,70
Figueira da Foz	84,92
Guarda	84,66
Ílhavo	76,31
Lousã	75,38

Valor do IpC na Região Centro: 71,07

Indicador per Capita

Região de Lisboa e Vale do Tejo por Concelhos

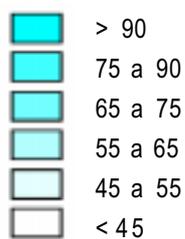
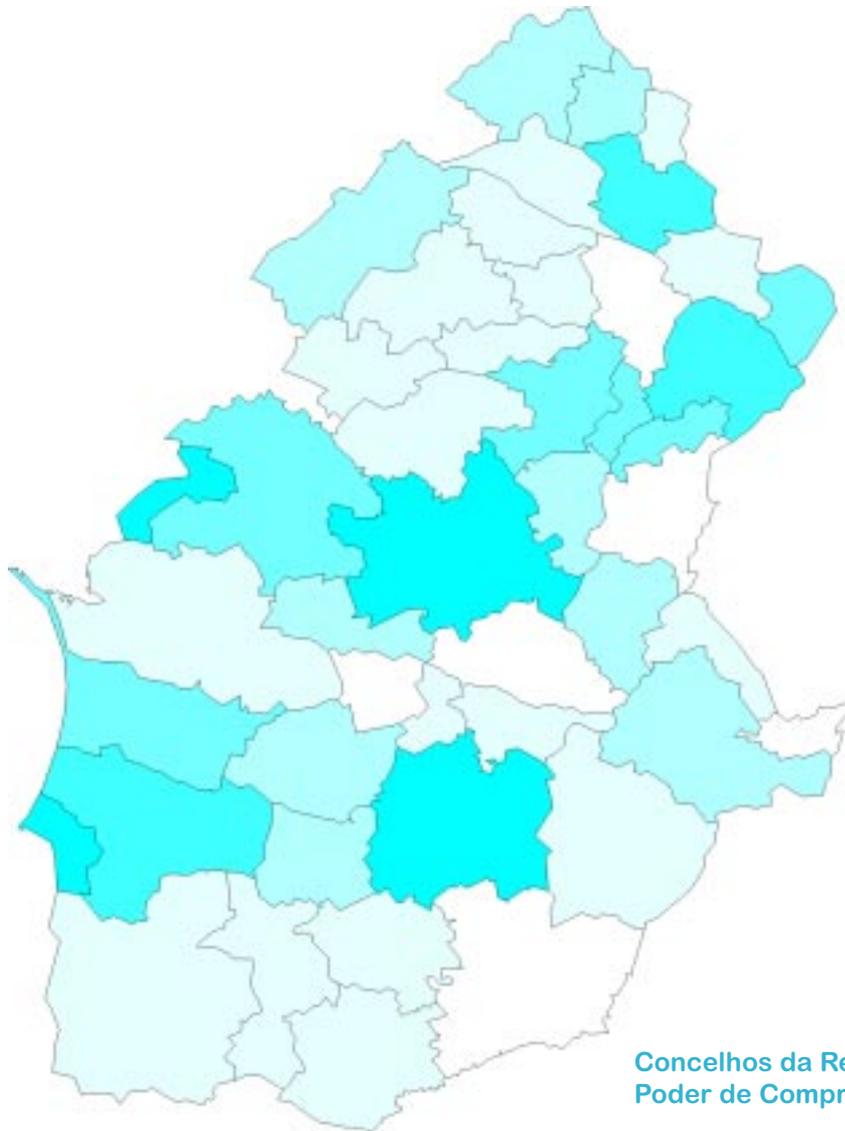


Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita
Lisboa	314,20
Amadora	145,57
Oeiras	143,97
Cascais	137,79
Almada	129,79
Entroncamento	125,55
Sintra	124,24
Setúbal	119,94
Seixal	110,02
Barreiro	107,26

Valor do IpC na Região de Lisboa e Vale do Tejo: 142,94

Região do Alentejo por Concelhos



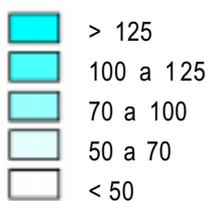
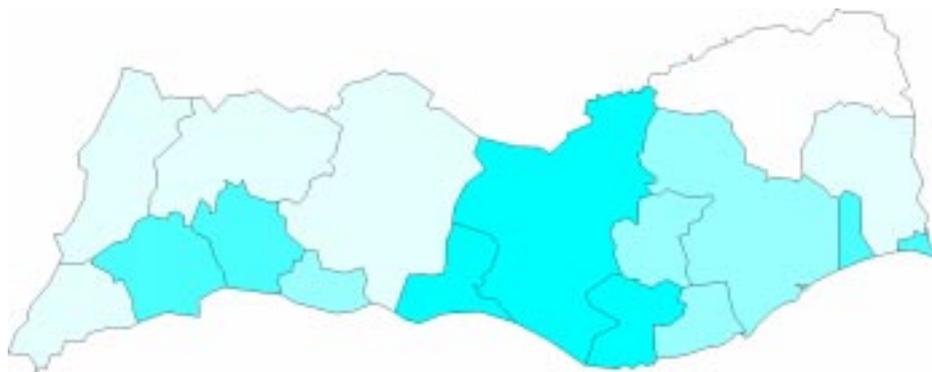
Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita
Évora	101,09
Sines	98,71
Vendas Novas	92,11
Beja	90,45
Portalegre	82,67
Elvas	78,60
Santiago do Cacém	76,60
Grândola	72,40
Campo Maior	71,83
Estremoz	71,29

Valor do IpC na Região do Alentejo: 68,03

Indicador per Capita

Região do Algarve por Concelhos

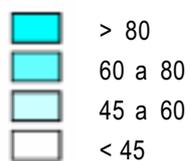
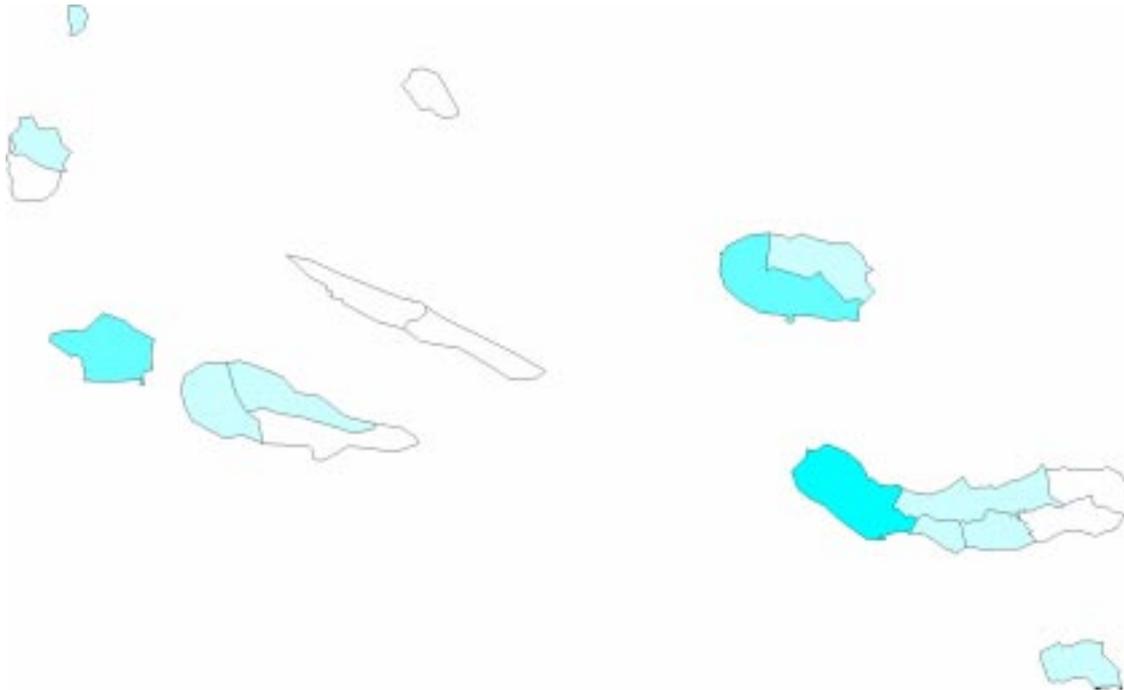


Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita
Albufeira	162,55
Faro	134,25
Loulé	131,60
Portimão	124,29
Vila Real de Santo António	123,26
Lagos	121,24

Valor do IpC na Região do Algarve: 106,47

Região Aut. dos Açores por Concelhos



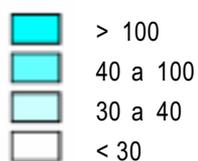
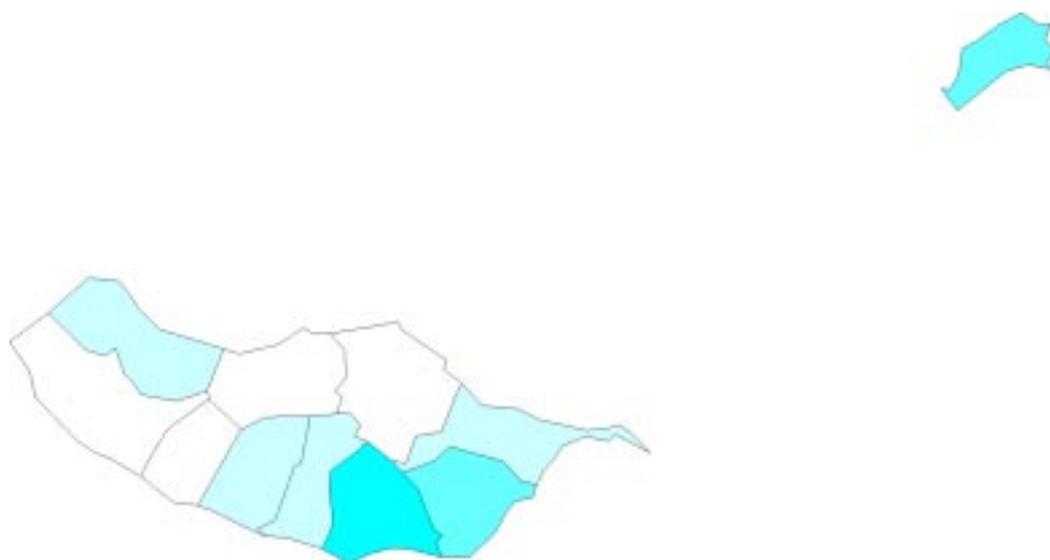
Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita
Ponta Delgada	84,53
Horta	70,87
Angra do Heroísmo	62,94
Santa Cruz das Flores	54,49
Vila do Porto	53,71
São Roque do Pico	52,35

Valor do IpC na Região Aut. dos Açores: 60,59

Indicador per Capita

Região Aut. da Madeira por Concelhos



Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita
Funchal	100,17
Porto Santo	56,38
Santa Cruz	49,10
Machico	36,97
Ribeira Brava	34,80
Porto Moniz	32,53

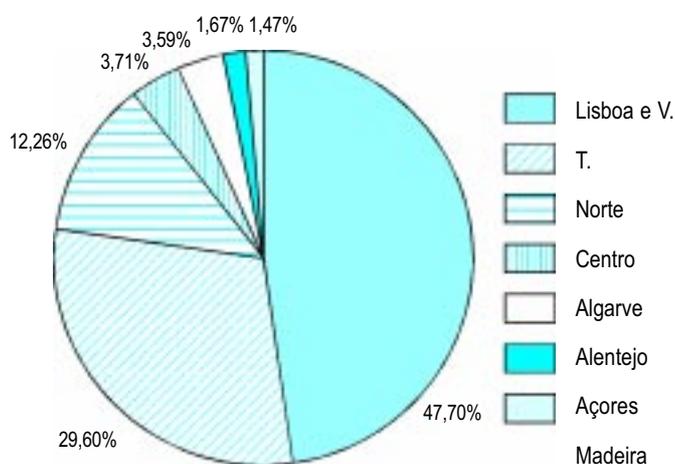
Valor do IpC na Região Aut. da Madeira: 64,35

Percentagem de Poder de Compra

INTRODUÇÃO

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador, inferido do Indicador *per Capita* de poder de compra, que se propõe medir o peso do poder de compra de cada concelho (e região), no total do País que toma o valor 100. A PPC reflecte não só a distribuição do poder de compra pelo país, mas também, e concomitantemente, a distribuição da população. Apesar dos problemas descritos na Nota Metodológica, a propósito da escolha do sistema de medida do Indicador *per Capita*, que aconselham uma leitura cautelosa dos números fornecidos pela PPC, optámos pela divulgação deste indicador, face ao interesse que ineludivelmente representa para os utilizadores.

O diagrama em baixo representa a estrutura do poder de compra nacional segundo regiões NUTS II. Constatase que a Região de Lisboa e Vale do Tejo representa, sozinha, quase 48% do poder de compra do País. Segue-se-lhe a Região Norte que se aproxima dos 30%, enquanto a Região Centro se queda pelos 12,3%. Algarve e Alentejo ficam aquém dos 4% do poder de compra nacional. As Regiões Autónomas da Madeira e



dos Açores, por sua vez, rondam cada uma os 1,5% do poder de compra total, o que significa que o Continente tem um peso no poder de compra nacional, que ascende aos 96,9%.

O quadro em baixo indica-nos o peso das diferentes regiões NUTS III no poder de compra total. Registe-se que a Grande Lisboa representa sozinha mais de 34%

REGIÕES	PPC
Minho-Lima	1,46
Cávado	2,64
Ave	2,98
Grande Porto	15,71
Tâmega	2,51
Entre Douro e Vouga	1,84
Douro	1,21
Alto Trás-os-Montes	1,26
Baixo Vouga	2,72
Baixo Mondego	2,83
Pinhal Litoral	1,90
Pinhal Interior Norte	0,73
Dão-Lafões	1,70
Pinhal Interior Sul	0,22
Serra da Estrela	0,28
Beira Interior Norte	0,70
Beira Interior Sul	0,57
Cova da Beira	0,61
Oeste	2,68
Grande Lisboa	34,32
Península de Setúbal	7,38
Médio Tejo	1,64
Lezíria Tejo	1,68
Alentejo Litoral	0,66
Alto Alentejo	0,81
Alentejo Central	1,28
Baixo Alentejo	0,84
Algarve	3,71
Região Autónoma dos Açores	1,47
Região Autónoma da Madeira	1,67

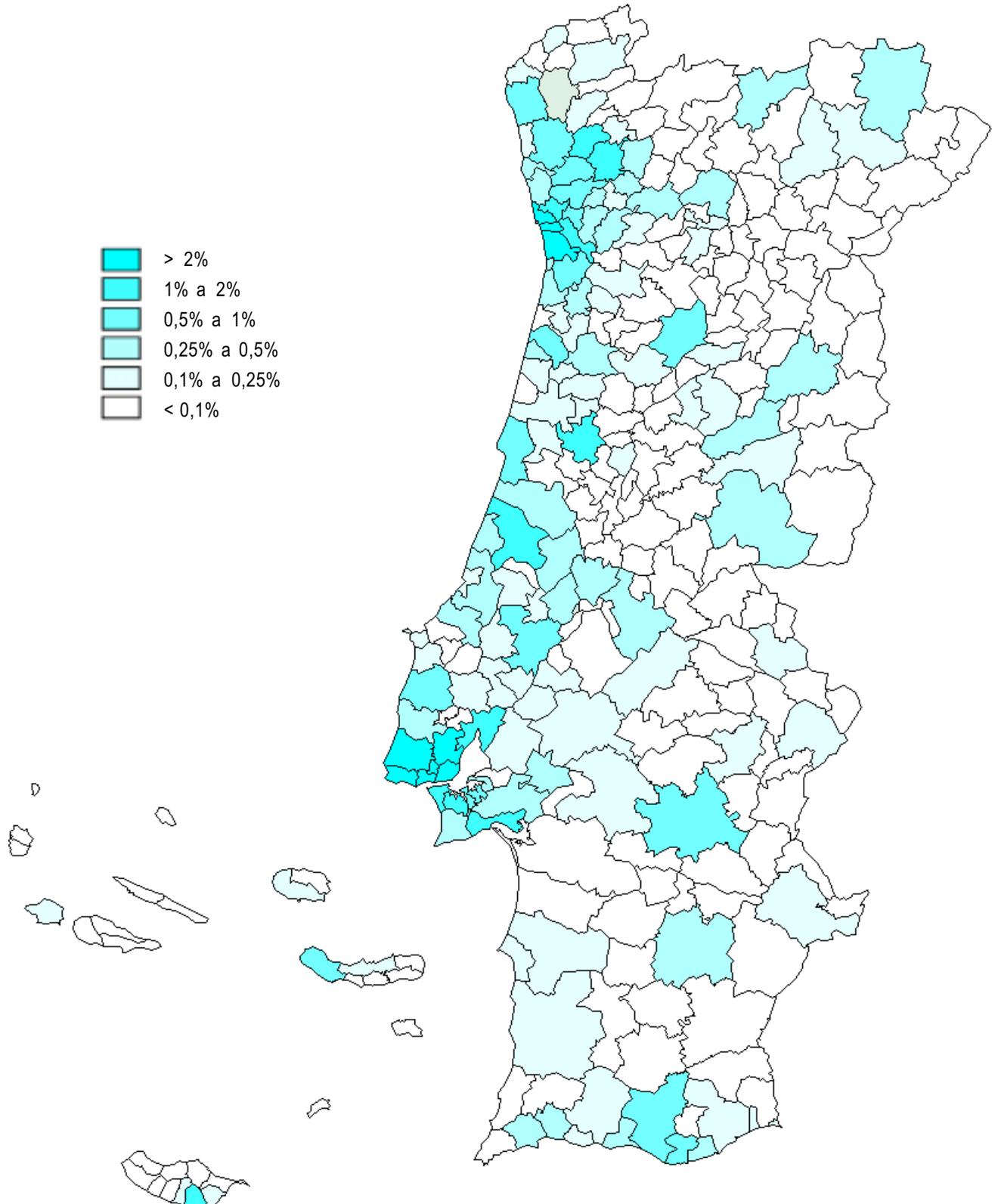
Percentagem de Poder de Compra

do poder de compra nacional, valor superior ao de toda a Região Norte. O Grande Porto representa, também, quase 16% do poder de compra em Portugal. A Península de Setúbal atinge os 7,4%, enquanto o Algarve se fica nos 3,7% do poder de compra total. Todas as outras regiões NUTS III registam uma PPC inferior aos 3%, sendo a que mais se aproxima o Ave com 2,98%. Nove regiões, localizadas predominantemente no interior do País, representam cada uma menos de 1% do total nacional do poder de compra, apresentando o Pinhal Interior Sul uma PPC de 0,2%.

No que resta, apresenta-se um mapa com as PPC por concelhos, e reproduz-se a listagem com o valor desta percentagem para todos os concelhos do País. Assinale-se o peso muito significativo dos concelhos de Lisboa e Porto no total do poder de compra nacional: 18,7% e 6,3%. Sintra e Loures representam também, cada um, mais de 3% do poder de compra total. Mas somente mais 16, além daqueles 4, entre os 305 concelhos portugueses, são capazes de superar sozinhos o peso de 1% do poder de compra do país. Estes 20 concelhos situam-se predominantemente nas zonas da Grande Lisboa, incluindo a Península de Setúbal, e do Grande Porto. A estes espaços acrescenta-se somente o eixo Braga-Guimarães, além de Coimbra, Funchal e Leiria.

A distribuição espacial da PPC ilustra, de forma muito evidente, as assimetrias regionais do País, reflectindo a concentração, quer do poder de compra, quer da população, nas duas grandes cidades portuguesas e suas envolventes sub-urbanas, assim como mais geralmente na faixa litoral. Poucos são os concelhos do interior capazes de assumir algum relevo no total nacional do poder de compra. Saliente-se, somente, entre os concelhos do interior, o peso ainda relativamente significativo denotado pela PPC dos concelhos de Viseu (0,74%) e Évora (0,55%).

País por Concelhos



Percentagem de Poder de Compra

Concelhos	PPC	Concelhos	PPC	Concelhos	PPC	Concelhos	PPC
Lisboa	18,7328	Póvoa de Varzim	0,4855	Angra do Heroísmo	0,2258	Santa Cruz	0,1203
Porto	6,2939	Castelo Branco	0,4678	Cantanhede	0,2105	Azambuja	0,1187
Sintra	3,6371	Oliveira de Azeméis	0,4492	Portalegre	0,2089	Mealhada	0,1139
Loures	3,5398	Palmela	0,4356	Fundão	0,2013	Montemor-o-Velho	0,1125
Amadora	2,7420	Caldas da Rainha	0,4335	Peniche	0,1991	Arcos de Valdevez	0,1096
Vila Nova de Gaia	2,7079	Paredes	0,4116	Entroncamento	0,1925	Alcanena	0,1091
Oeiras	2,2609	Espinho	0,4003	Benavente	0,1911	Ponte de Sôr	0,1083
Cascais	2,2268	Ovar	0,3886	Elvas	0,1898	Macedo de Cavaleiros	0,1073
Matosinhos	2,1185	Mafra	0,3762	Vila Verde	0,1879	Salvaterra de Magos	0,1068
Almada	1,9981	Covilhã	0,3684	Lousada	0,1849	Valença	0,1064
Coimbra	1,6621	Montijo	0,3664	Anadia	0,1832	Horta	0,1055
Braga	1,5415	Albufeira	0,3634	Esposende	0,1767	Estremoz	0,1054
Seixal	1,4186	Alcobaça	0,3578	Vila Real de Santo António	0,1751	Câmara de Lobos	0,1052
Gondomar	1,3007	Vila Real	0,3564	Ponte de Lima	0,1750	Lousã	0,1051
Setúbal	1,2605	Penafiel	0,3401	Tavira	0,1740	Vagos	0,1047
Vila Franca de Xira	1,1776	Tomar	0,3396	Estarreja	0,1715	Arouca	0,1040
Funchal	1,1702	Guarda	0,3290	Cartaxo	0,1664	Póvoa de Lanhoso	0,1024
Maia	1,1548	Marinha Grande	0,3231	Tondela	0,1654	Moura	0,1023
Guimarães	1,1099	Águeda	0,3132	Seia	0,1653	Monção	0,0999
Leiria	1,0153	Pombal	0,3129	Lagoa/Algarve	0,1629	Batalha	0,0985
Barreiro	0,9036	Felgueiras	0,3127	Almeirim	0,1625	Vila Praia da Vitória	0,0951
Santa Maria da Feira	0,8371	Beja	0,3064	Lamego	0,1620	Vendas Novas	0,0949
Aveiro	0,7972	Sesimbra	0,3038	Porto de Mós	0,1537	Grândola	0,0930
Vila Nova de Famalicão	0,7764	São João da Madeira	0,3009	Vale de Cambra	0,1491	Soure	0,0925
Valongo	0,7465	Vila Nova de Ourém	0,2983	Ribeira Grande	0,1437	Gouveia	0,0904
Viseu	0,7389	Amarante	0,2932	Peso da Régua	0,1436	São Pedro do Sul	0,0892
Faro	0,6975	Olhão	0,2919	Rio Maior	0,1435	Machico	0,0827
Santo Tirso	0,6789	Abrantes	0,2881	Mirandela	0,1401	Baião	0,0825
Viana do Castelo	0,6353	Chaves	0,2847	Albergaria-a-Velha	0,1351	Valpaços	0,0821
Moita	0,6331	Paços de Ferreira	0,2727	Lourinhã	0,1338	Sertã	0,0820
Loulé	0,6309	Bragança	0,2715	Odemira	0,1319	Bombarral	0,0819
Barcelos	0,6236	Lagos	0,2689	Mangualde	0,1318	Serpa	0,0815
Évora	0,5488	Ílhavo	0,2675	Nazaré	0,1277	Castelo de Paiva	0,0794
Ponta Delgada	0,5369	Torres Novas	0,2626	Montemor-o-Novo	0,1267	Condeixa-a-Nova	0,0790
Figueira da Foz	0,5303	Fafe	0,2552	Oliveira do Hospital	0,1266	Ansião	0,0775
Santarém	0,5244	Santiago do Cacém	0,2408	Sines	0,1259	Nelas	0,0775
Torres Vedras	0,5163	Marco de Canavezes	0,2318	Coruche	0,1252	Amares	0,0757
Portimão	0,4990	Alenquer	0,2288	Caminha	0,1250	Mira	0,0733
Vila do Conde	0,4985	Silves	0,2281	Oliveira do Bairro	0,1240	Reguengos de Monsaraz	0,0724

Percentagem de Poder de Compra

Concelhos	PPC	Concelhos	PPC	Concelhos	PPC	Concelhos	PPC
Alcácer do Sal	0,0721	Ferreira do Alentejo	0,0523	Mondim de Basto	0,0335	Lajes do Pico	0,0238
Cinfães	0,0716	Sobral Monte Agraço	0,0506	Carrazeda de Ansiães	0,0330	Mesão Frio	0,0237
Castro Daire	0,0705	Idanha-a-Nova	0,0504	Terras de Bouro	0,0325	Semancelhe	0,0232
Sever do Vouga	0,0697	Nisa	0,0502	Vila do Porto	0,0324	Góis	0,0229
Sabugal	0,0694	Oliveira de Frades	0,0494	Oleiros	0,0324	Crato	0,0229
Arganil	0,0690	Torre de Moncorvo	0,0489	Murça	0,0323	Gavião	0,0224
Penacova	0,0676	Resende	0,0480	Vimioso	0,0320	Sardoal	0,0223
Lagoa/Açores	0,0675	Vouzela	0,0478	Vila Flor	0,0315	Pedrogão Grande	0,0219
Aljustrel	0,0669	Alpiarça	0,0474	Mora	0,0311	Santa Cruz da Graciosa	0,0215
Vila Pouca de Aguiar	0,0659	Proença-a-Nova	0,0471	Viana do Alentejo	0,0310	Vila Velha de Ródão	0,0212
Cabeceiras de Basto	0,0645	Ribeira Brava	0,0469	Alandroal	0,0301	Castanheira de Pêra	0,0206
Cadaval	0,0638	Mogadouro	0,0468	Vidigueira	0,0300	Nordeste	0,0204
Santa Comba Dão	0,0635	Vila Nova de Foz Côa	0,0453	Armamar	0,0299	Alter do Chão	0,0199
Alcochete	0,0632	Miranda do Douro	0,0452	Ourique	0,0296	São Roque do Pico	0,0197
São Brás de Alportel	0,0622	Vinhais	0,0448	Aguiar da Beira	0,0295	Freixo de Espada à Cinta	0,0197
Ponte da Barca	0,0618	Alvaiázere	0,0444	Madalena	0,0294	Marvão	0,0193
Sátão	0,0614	Castro Verde	0,0438	Sousel	0,0294	Manteigas	0,0188
Campo Maior	0,0610	Celorico da Beira	0,0438	Povoação	0,0292	Fronteira	0,0180
Alijó	0,0609	Ferreira do Zêzere	0,0432	Penela	0,0288	Mourão	0,0169
Vila Viçosa	0,0608	Redondo	0,0431	Avis	0,0287	Calheta/Açores	0,0165
Celorico de Basto	0,0603	Mação	0,0423	Aljezur	0,0281	São Vicente	0,0163
Miranda do Corvo	0,0597	Belmonte	0,0407	Portel	0,0278	Arronches	0,0156
Pinhel	0,0592	Mértola	0,0406	Tabuaço	0,0277	Vila de Rei	0,0155
Vieira do Minho	0,0586	Almodôvar	0,0402	Porto Santo	0,0274	Penedono	0,0149
Vila Franca do Campo	0,0585	Arraiolos	0,0388	Penamacor	0,0273	Alcoutim	0,0148
Almeida	0,0582	Castro Marim	0,0387	Meda	0,0272	Monforte	0,0147
Carregal do Sal	0,0581	Vila Nova da Barquinha	0,0378	Pampilhosa da Serra	0,0272	Santa Cruz das Flores	0,0147
Vila Nova de Cerveira	0,0572	Vila Nova de Poiares	0,0373	Santana	0,0269	Porto Moniz	0,0110
Moimenta da Beira	0,0563	Golegã	0,0369	Ponta do Sol	0,0267	Alvito	0,0105
Chamusca	0,0553	Penalva do Castelo	0,0369	Vila Nova de Paiva	0,0266	Barrancos	0,0075
Murtosa	0,0553	Paredes de Coura	0,0367	Ribeira de Pena	0,0260	Lajes das Flores	0,0072
Trancoso	0,0549	Monchique	0,0367	Velas	0,0252	Corvo	0,0016
Mortágua	0,0548	Figueiró dos Vinhos	0,0365	Constância	0,0252		
Óbidos	0,0548	Figueira Castelo Rodrigo	0,0356	Castelo de Vide	0,0251		
Tábua	0,0548	Santa Marta de Penaguião	0,0355	Alfândega da Fé	0,0251		
Borba	0,0543	Calheta/Madeira	0,0353	Sabrosa	0,0244		
Montalegre	0,0535	Tarouca	0,0350	Cuba	0,0243		
Arruda dos Vinhos	0,0531	São João da Pesqueira	0,0339	Fornos de Algodres	0,0240		
Melgaço	0,0527	Vila do Bispo	0,0338	Boticas	0,0238		

Factor Dinamismo Relativo

INTRODUÇÃO

O Factor Dinamismo Relativo (FDR) mede a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões do País. O FDR mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal. Este indicador, que se exprime em proporção dos residentes nos concelhos, toma pois os seus valores mais elevados nos concelhos de grande afluência turística, nomeadamente no Algarve, assumindo ao contrário os valores mais baixos nos grandes centros urbanos. Este último facto não significa que a actividade turística seja irrelevante nestes centros, mas somente que a sua influência se dilui na massa de poder de compra, mais significativa, aí manifestada pelos residentes, ou pelos que diariamente demandam esses concelhos.

A posição ocupada por concelhos como Lisboa, Porto e Amadora, na cauda da ordenação concelhia pelo FDR, mostra que este indicador não é sensível aos movimentos pendulares da população que se registam no interior das grandes áreas metropolitanas. O efeito destes fluxos deverá ser antes reflectido no IpC, restando ao FDR a tarefa de representar os movimentos mais irregulares, com reflexo no poder de compra, que como já se referiu se associam fundamentalmente à capacidade de atracção turística de alguns concelhos. Sublinhe-se que a nulidade do coeficiente de correlação entre os indicadores IpC e FDR, imposto pela metodologia da construção destes indicadores, deverá ter contribuído igualmente para o posicionamento dos grandes centros urbanos, a que corresponde geralmente um elevado poder de compra *per capita*, no fundo da tabela que ordena os concelhos pelo FDR.

Esta parte propõe-se mostrar e analisar a distribuição espacial do FDR por regiões NUTS I, II e III e por concelhos. Inclui, para além desta introdução, um conjunto de mapas ilustrativos daquela distribuição, e a tabela que ordena os diferentes concelhos e regiões pelo indicador em análise. Na falta de uma unidade de medida adequada, em que se exprimisse o FDR, optou-se pela sua apresentação como variável estandarizada, sendo o 0 a média aritmética simples dos diferentes concelhos, e a unidade de medida o desvio-padrão da distribuição. O valor do FDR para o País, que corresponde à média ponderada dos 305 concelhos pelos seus pesos populacionais, é de -0,5331.

Em termos de NUTS II, o valor mais elevado do FDR registou-se no Algarve, região em que este indicador mais que duplicou o desvio-padrão da sua distribuição, atingindo um *score* de 2,67. Para além do Algarve, também a Região Autónoma da Madeira e o Alentejo, verificariam registos positivos neste indicador, ainda que em ambos os casos não muito distantes do 0. Entre as NUTS II com valores negativos no seu FDR, destacam-se os Açores com -0,73 e a Região de Lisboa e Vale do Tejo com -1,21. No que respeita às regiões NUTS III importa sublinhar o segundo lugar, após o Algarve, em que se posicionou o Alentejo Litoral, com um FDR de 0,59, e a terceira posição do Oeste com 0,24. Na cauda da tabela quedaram-se o Grande Porto e a Grande Lisboa, regiões em que o FDR assumiu respectivamente os valores de -0,96 e -1,97.

A análise do FDR por concelho reflecte, de forma particularmente elucidativa, a interpretação emprestada a este indicador. Os valores mais elevados do FDR

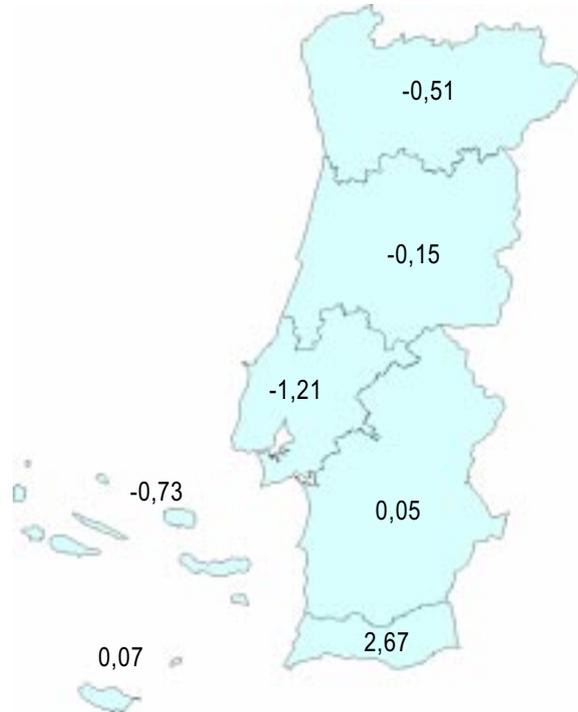
Factor Dinamismo Relativo

encontram-se em concelhos fortemente dominados pelo fenómeno turístico, nomeadamente Albufeira em que o valor do FDR atinge um registo 11 vezes superior ao desvio-padrão da distribuição, e Lagoa/Algarve também com um valor que excede os 6 desvios-padrão. Por outro lado, no topo da seriação por concelhos deste indicador encontram-se a maioria dos municípios algarvios: mais precisamente, dos 16 concelhos do Algarve 13 situam-se nos 20 primeiros lugares do *ranking* do FDR, só ficando de fora desta posição cimeira Faro, Olhão e Alcoutim. Em posição de destaque, nesta ordenação do FDR, encontram-se igualmente outros concelhos não algarvios, mas de forte apetência turística: Grândola, Nazaré, Sesimbra e Porto Santo são os 4 concelhos, não situados no Algarve, que têm lugar entre os 16 municípios com FDR superior a 1. No intervalo 0,5 a 1, para além de S. Brás de Alportel, o único concelho do Algarve que embora situando-se nos 20 primeiros lugares do FDR não atinge o score 1, podemos ainda encontrar pólos de atracção turística como Terras de Bouro, Odemira, Castelo de Vide, Caminha, Mafra, e os municípios madeirenses de S. Vicente e Santa Cruz. No outro extremo da lista, e com um FDR inferior a -1, encontramos vários municípios das áreas urbanas de Lisboa e Porto, entre os quais estas duas cidades, mas também a Amadora, o Barreiro e Oeiras, os casos peculiares de S. João da Madeira e Entroncamento, e ainda dois concelhos açorianos: Ponta Delgada e Vila Franca do Campo.

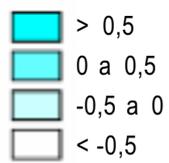
Factor Dinamismo Relativo

País por NUTS II

Continente: -0,54

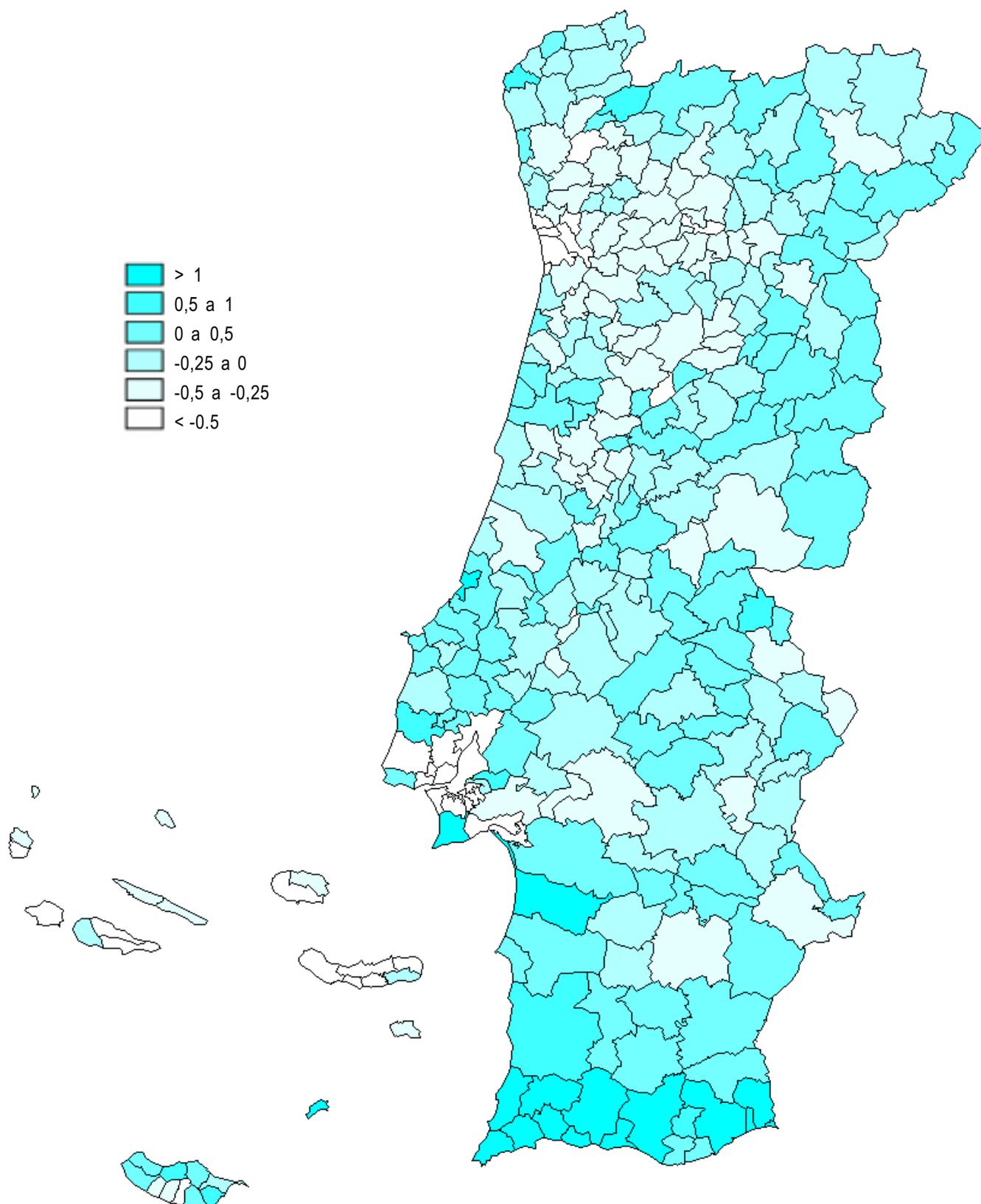


País por NUTS III



Factor Dinamismo Relativo

País por Concelhos



Factor Dinamismo Relativo

Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR
Albufeira	11,0284	Idanha-a-Nova	0,2841	Nelas	0,0925	São Pedro do Sul	-0,0142
Lagoa/Algarve	6,2024	Mogadouro	0,2828	Trancoso	0,0917	Oleiros	-0,0162
Loulé	3,9384	Castro Verde	0,2822	Serpa	0,0828	Lezíria Tejo	-0,0224
Portimão	3,4204	Ourique	0,2604	Crato	0,0798	Aljô	-0,0310
Vila Real de Santo António	3,2646	Belmonte	0,2595	Nisa	0,0757	Vila Flor	-0,0311
Lagos	2,9555	Barrancos	0,2460	Cantanhede	0,0743	Pampilhosa da Serra	-0,0356
Vila do Bispo	2,8972	Oeste	0,2434	Beira Int. Norte	0,0709	Baixo Alentejo	-0,0356
Algarve	2,6671	Almeida	0,2417	R. A. Madeira	0,0672	Machico	-0,0391
Grândola	2,1405	Almodôvar	0,2390	Ferreira do Zêzere	0,0657	Viana do Alentejo	-0,0428
Aljezur	1,8106	Manteigas	0,2320	Cova da Beira	0,0644	Vila Pouca de Aguiar	-0,0453
Castro Marim	1,8015	Alcoutim	0,2274	Mértola	0,0640	Monforte	-0,0571
Tavira	1,3327	Sousel	0,2146	Murtosa	0,0621	Constância	-0,0574
Nazaré	1,3124	Miranda do Douro	0,2051	Vila Nova da Barquinha	0,0560	Vimioso	-0,0585
Monchique	1,1898	Vila Nova de Ourém	0,2033	Mora	0,0544	Pinhel	-0,0586
Sesimbra	1,1844	Sabugal	0,1972	Salvaterra de Magos	0,0533	Freixo de Espada à Cinta	-0,0595
Porto Santo	1,1482	Alter do Chão	0,1942	Faro	0,0496	Almeirim	-0,0624
Silves	1,1257	Cascais	0,1932	Arganil	0,0483	Góis	-0,0627
Terras de Bouro	0,9901	Sines	0,1931	Guarda	0,0475	Borba	-0,0652
São Brás de Alportel	0,9420	Celorico da Beira	0,1906	Alentejo	0,0475	Porto de Mós	-0,0663
Odemira	0,8237	Arruda dos Vinhos	0,1851	Chaves	0,0411	Pombal	-0,0675
São Vicente	0,8107	Elvas	0,1719	Alto Trás-os-Montes	0,0410	Tomar	-0,0688
Castelo de Vide	0,6357	Olhão	0,1711	Caldas da Rainha	0,0406	Torres Vedras	-0,0699
Caminha	0,6116	Torre de Moncorvo	0,1686	Mação	0,0404	Fundão	-0,0707
Alcochete	0,6115	Lourinhã	0,1680	Portel	0,0386	Vila Nova de Cerveira	-0,0707
Alentejo Litoral	0,5852	Calheta/Madeira	0,1669	Ponte de Sôr	0,0346	Aguiar da Beira	-0,0733
Mafra	0,5506	Amares	0,1654	Murça	0,0344	Estremoz	-0,0763
Santa Cruz	0,5305	Alenquer	0,1603	Anadia	0,0342	Marinha Grande	-0,0813
Batalha	0,4749	Montalegre	0,1552	Alcanena	0,0303	Vila do Conde	-0,0833
Óbidos	0,4692	Vagos	0,1516	Rio Maior	0,0279	Pinhal Int. Sul	-0,0834
Alvito	0,4624	Azambuja	0,1464	Gavião	0,0253	Póvoa de Varzim	-0,0860
Mealhada	0,4454	Pedrógão Grande	0,1334	Vila Velha de Ródão	0,0212	Minho-Lima	-0,0881
Mira	0,4219	Mourão	0,1259	Ansião	0,0204	Pinhal Int. Norte	-0,0904
Mirandela	0,4211	Penamacor	0,1236	Fronteira	0,0170	Santarém	-0,0909
Valença	0,4084	Esposende	0,1199	Fornos de Algodres	0,0165	Ferreira do Alentejo	-0,0914
Vidigueira	0,3979	Funchal	0,1176	Santiago do Cacém	0,0141	Melgaço	-0,0917
Marvão	0,3712	Cuba	0,1173	Sertã	0,0137	Oliveira do Hospital	-0,0945
Alcácer do Sal	0,3638	Covilhã	0,1169	Figueira Castelo Rodrigo	0,0042	Vinhais	-0,0982
Vila Nova de Foz Côa	0,3582	Santana	0,1137	Santa Comba Dão	0,0036	Avis	-0,1012
Alcobaça	0,3420	Cadaval	0,1042	Bombarral	-0,0005	Povoação	-0,1091
Sobral Monte Agraço	0,3420	Arraiolos	0,0977	Figueiró dos Vinhos	-0,0007	Monção	-0,1100
Peniche	0,3023	Porto Moniz	0,0967	Coruche	-0,0026	Cartaxo	-0,1143
Benavente	0,2977	Vila Nova de Poiares	0,0953	Bragança	-0,0033	Castro Daire	-0,1156
Alfândega da Fé	0,2928	Tábua	0,0927	Alto Alentejo	-0,0077	Médio Tejo	-0,1170

Factor Dinamismo Relativo

Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR
Seia	-0,1189	Ponte de Lima	-0,2400	Aveiro	-0,3372	Setúbal	-0,5013
Arronches	-0,1202	Soure	-0,2401	Oliveira de Frades	-0,3374	Região Norte	-0,5143
Águeda	-0,1209	Vieira do Minho	-0,2416	Arouca	-0,3413	Vila Nova de Gaia	-0,5238
Lousada	-0,1212	Gouveia	-0,2453	Velas	-0,3418	Carregal do Sal	-0,5311
Moimenta da Beira	-0,1266	Montijo	-0,2478	Santo Tirso	-0,3419	País	-0,5332
Beira Int. Sul	-0,1277	Paços de Ferreira	-0,2484	Estarreja	-0,3430	Peso da Régua	-0,5332
Carrizada de Ansiães	-0,1314	Cinfães	-0,2507	Ave	-0,3451	Continente	-0,5444
Cabeceiras de Basto	-0,1331	Tabuaço	-0,2509	Corvo	-0,3451	Horta	-0,5498
Abrantes	-0,1331	Douro	-0,2540	Coimbra	-0,3583	São Roque do Pico	-0,5604
Baixo Vouga	-0,1388	Redondo	-0,2567	Proença-a-Nova	-0,3587	Espinho	-0,5709
Alandroal	-0,1398	Dão-Lafões	-0,2580	Penafiel	-0,3588	Nordeste	-0,5811
Serra da Estrela	-0,1434	São João da Pesqueira	-0,2617	Vendas Novas	-0,3596	Vila Franca de Xira	-0,5836
Valpaços	-0,1448	Castelo Branco	-0,2698	Amarante	-0,3610	Gondomar	-0,5929
Região Centro	-0,1471	Macedo de Cavaleiros	-0,2702	Tondela	-0,3623	Lajes das Flores	-0,6220
Ovar	-0,1473	Mangualde	-0,2793	Castelo de Paiva	-0,3717	Lajes do Pico	-0,6609
Alentejo Central	-0,1477	Miranda do Corvo	-0,2805	Lamego	-0,3806	Península de Setúbal	-0,6749
Castanheira de Pêra	-0,1480	Montemor-o-Velho	-0,2823	Vale de Cambra	-0,3812	Seixal	-0,6775
Pinhal Litoral	-0,1536	Golegã	-0,2826	Baião	-0,3834	Angra do Heroísmo	-0,6872
Vila Viçosa	-0,1575	Ribeira Brava	-0,2853	Penela	-0,3837	Valongo	-0,6882
Aljustrel	-0,1584	Lousã	-0,2856	Celorico de Basto	-0,3865	Braga	-0,7209
Reguengos de Monsaraz	-0,1657	Viseu	-0,2880	Penacova	-0,3910	R. A. Açores	-0,7336
Vila Nova de Paiva	-0,1707	Portalegre	-0,2883	Guimarães	-0,3997	Matosinhos	-0,8341
Ílhavo	-0,1708	Moura	-0,2883	Oliveira de Azeméis	-0,4009	Loures	-0,8377
Viana do Castelo	-0,1708	Alpiarça	-0,2886	Palmela	-0,4014	Lagoa/Açores	-0,8403
Figueira da Foz	-0,1712	Beja	-0,2888	Ponta do Sol	-0,4143	Ribeira Grande	-0,8527
Semancelhe	-0,1780	Alvaiázere	-0,2892	Penalva do Castelo	-0,4159	Sintra	-0,8752
Évora	-0,1837	Meda	-0,2936	Mondim de Basto	-0,4191	Moita	-0,9231
Chamusca	-0,1840	Fafe	-0,2967	Santa Marta de Penaguião	-0,4201	Grande Porto	-0,9559
Boticas	-0,1873	Maia	-0,2974	Vila Praia da Vitória	-0,4203	Almada	-0,9900
Arcos de Valdevez	-0,1874	Póvoa de Lanhoso	-0,2977	Cávado	-0,4263	Ponta Delgada	-1,0468
Ponte da Barca	-0,1933	Vila Verde	-0,3019	Marco de Canavezes	-0,4294	Vila Franca do Campo	-1,0816
Oliveira do Bairro	-0,1945	Santa Maria da Feira	-0,3030	Vila do Porto	-0,4313	Oeiras	-1,1156
Penedono	-0,1950	Vila Nova de Famalicão	-0,3157	Entre Douro e Vouga	-0,4319	Entroncamento	-1,1614
Vila de Rei	-0,1958	Ribeira de Pena	-0,3186	Campo Maior	-0,4342	R. Lisboa e V. Tejo	-1,2108
Sever do Vouga	-0,2039	Leiria	-0,3190	Armamar	-0,4352	Barreiro	-1,2425
Paredes de Coura	-0,2047	Condeixa-a-Nova	-0,3209	Barcelos	-0,4456	São João da Madeira	-1,5773
Albergaria-a-Velha	-0,2110	Mortágua	-0,3243	Vouzela	-0,4556	Grande Lisboa	-1,9740
Sardoal	-0,2174	Resende	-0,3254	Sátão	-0,4559	Porto	-2,3494
Felgueiras	-0,2249	Mesão Frio	-0,3266	Paredes	-0,4851	Amadora	-2,6332
Madalena	-0,2270	Vila Real	-0,3287	Calheta/Açores	-0,4863	Lisboa	-4,0289
Baixo Mondego	-0,2282	Santa Cruz da Graciosa	-0,3306	Tarouca	-0,4891		
Torres Novas	-0,2305	Tâmega	-0,3307	Santa Cruz das Flores	-0,4972		
Sabrosa	-0,2353	Montemor-o-Novo	-0,3336	Câmara de Lobos	-0,5002		

UMA BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO TEMPORAL DO EPCC

Assinalou-se já, na Nota Metodológica que antecede este EPCC nº 3, que a metodologia que preside à construção dos indicadores aqui apresentados, é particularmente adequada ao confronto espacial do poder de compra manifestado nos diferentes concelhos, no mesmo momento de tempo, mas ajusta-se de forma menos eficiente a comparações inter-temporais do poder de compra. Como então se referiu “valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste Estudo, podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- De o conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente nas três versões do Estudo;
- De erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em todas;
- Das alterações do sistema de medida do IpC, efeito que se julga poder ser significativo neste EPCC nº 3, dado que o coeficiente de variação do índice, que fora meramente incrementado de 0,55 para 0,56 entre as duas primeiras versões, foi agora reduzido para cerca de 0,48”.

Acresce ainda, que o facto dos indicadores IpC e FDR terem a natureza de números índices, pode induzir interpretações menos correctas de eventuais variações observadas, num ou noutro concelho, nos valores daqueles indicadores. Com efeito, estas variações não significam ganhos ou perdas absolutas de poder de compra, mas somente aproximações ou afastamentos à média nacional (ponderada no caso do IpC, e simples no caso do FDR). No que respeita à PPC, um aumento significa um ganho de quota de poder de compra, e uma

diminuição uma perda nessa quota.

Apesar destas observações, esta secção propõe-se, ainda que de forma cautelosa, proceder a uma breve avaliação da evolução temporal dos três indicadores nas diferentes versões do Estudo, confrontam especialmente esta terceira edição com a imediatamente anterior. Para tal, o quadro anexo retrata a evolução dos índices para as diferentes NUTS II e III, entre os EPCC nºs 2 e 3. Dum modo geral, a primeira conclusão que pode ser extraída desse quadro, particularmente da evolução do IpC e da PPC, é que se regista na terceira versão do EPCC uma menor assimetria na distribuição regional do poder de compra, que a que fora evidenciada nas anteriores versões. De facto, as variações positivas naqueles indicadores ocorreram sobretudo nas regiões de mais baixo poder de compra, e as variações negativas nas regiões relativamente mais ricas. Este movimento no sentido de uma relativa convergência entre o poder de compra das regiões é, como já se assinalou, resultado da assunção, em boa medida convencional, de um menor coeficiente de variação para o IpC. Contudo, esta hipótese de trabalho só foi sancionada neste Estudo, porque se observa na generalidade das suas variáveis de base, que foram retidas nas suas diferentes versões, uma redução idêntica no respectivo coeficiente de variação. Foi esta redução na variabilidade de um número tão elevado de diferentes variáveis (a única excepção significativa é a contribuição predial autárquica *per capita*) que nos encorajou a arbitrar, também, para o IpC um valor mais reduzido no respectivo coeficiente de variação.

Para além desta primeira observação, parece ainda ser patente numa leitura cuidada do quadro em baixo, e tendo em conta também, quando necessário, as variações dos índices à escala concelhia (que não publicamos), que:

Uma breve análise da evolução temporal do EPCC

- A Região Norte viu o seu poder de compra, medido pelos indicadores IpC e PPC, elevar-se nesta terceira versão do EPCC, aumento que resultou sobretudo dos ganhos de poder de compra das regiões industriais nortenhas, com relevo para o Tâmega, Cávado e Entre Douro e Vouga
- Entre as NUTS III que compõem a Região Norte, somente o Grande Porto regista uma deterioração no seu registo de poder de compra, conforme os indicadores IpC e PPC; contudo esta deterioração resulta sobretudo da quebra significativa do concelho do Porto naqueles dois índices, já que alguns concelhos sub-urbanos como Vila Nova de Gaia, Maia, Valongo e Gondomar, pelo contrário, estão entre os concelhos com maiores ganhos relativos de poder de compra
- Esta tendência, a uma melhoria relativa da posição dos concelhos sub-urbanos, observa-se também na área metropolitana de Lisboa; tal transparece antes de mais no posicionamento da NUT III “Península de Setúbal” no quadro ao lado; quanto à Grande Lisboa, que inclui somente os concelhos da margem norte do Tejo, observa-se uma evolução desencontrada: Amadora, Sintra e Cascais são concelhos que verificam um significativo ganho de quota de poder de compra, enquanto Loures, Oeiras e Lisboa viram essa quota reduzir-se
- Além da Região Norte, também o Algarve se encontra entre as regiões que neste EPCC nº 3 mais progrediu em termos de poder de compra, em comparação com a versão anterior deste Estudo; esta evolução do Algarve reflecte a importante subida de boa parte dos seus concelhos no *ranking* do IpC, com especial saliência para Albufeira; contudo Faro é, ao contrário, o segundo concelho, após o Porto, que mais pontos perdeu na escala daquele indicador; assinala-se, porém, a propósito desta grande instabilidade de alguns concelhos algarvios, o que já se disse na análise da distribuição geográfica do IpC: que aquela reflecte a dificuldade do modelo em discernir que poder de compra atribuir ao IpC ou em alternativa ao FDR
- De facto, do quadro ao lado quanto às variações do FDR nas diferentes NUTS II ou III, ressalta que o Alentejo, e a generalidade das NUTS III que o constituem, foram a região e sub-regiões que registaram uma maior progressão neste indicador, que se assume reflectir o poder de compra de manifestação sazonal, com raiz nos fluxos turísticos; sublinhe-se contudo que esta variação é em parte contraponto da quebra registada por esta região no IpC, e em consequência na PPC
- As outras regiões NUTS II, para além do Alentejo, que verificaram no IpC uma quebra de poder de compra, foram a Região Centro, Lisboa e Vale do Tejo e sobretudo os Açores. Esta descida dos Açores na lista ordenada do IpC reflecte a quebra dos seus principais centros urbanos: Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo; esta redução é similar à de muitas capitais de distrito e outras cidades do Continente, e parece inscrever-se numa relativa tendência à aproximação do índice entre zonas rurais e urbanas
- A Região Autónoma da Madeira é a outra região NUT II, ainda não mencionada, que verificou um ganho de poder de compra, aferido quer pelo IpC quer pela PPC; esta evolução reflecte em boa medida a do Funchal, já que a maioria dos outros concelhos madeirenses permaneceu, neste EPCC nº 3, na cauda do *ranking* do IpC.

Uma breve análise da evolução temporal do EPCC

NUTS	Variações IpC	NUTS	Variações PPC	NUTS	Variações FDR
Algarve	6,03	Região Norte	0,59	Alentejo Litoral	0,27
Tâmega	6,03	Tâmega	0,34	Lezíria Tejo	0,24
Pinhal Int. Sul	6,02	Algarve	0,21	Alto Alentejo	0,24
Minho-Lima	5,05	Cávado	0,15	Alentejo	0,21
R. A. Madeira	4,61	Entre Douro e Vouga	0,13	Alentejo Central	0,19
Alto Trás-os-Montes	4,11	R. A. Madeira	0,13	Baixo Alentejo	0,17
Pinhal Int. Norte	4,05	Península de Setúbal	0,13	Cova da Beira	0,16
Entre Douro e Vouga	4,05	Minho-Lima	0,12	Pinhal Int. Norte	0,15
Cávado	3,07	Ave	0,08	Oeste	0,13
Beira Int. Norte	2,11	Alto Trás-os-Montes	0,08	Alto Trás-os-Montes	0,12
Douro	1,35	Baixo Vouga	0,04	Serra da Estrela	0,11
Região Norte	1,30	Pinhal Int. Norte	0,04	Baixo Mondego	0,09
Ave	1,13	Douro	0,02	Beira Int. Norte	0,08
Península de Setúbal	0,80	Pinhal Int. Sul	0,02	Beira Int. Sul	0,06
Alentejo Litoral	0,79	Dão-Lafões	0,01	Ave	0,06
Baixo Vouga	0,68	Beira Int. Norte	0,01	Região Centro	0,01
Dão-Lafões	0,54	Alentejo Litoral	-0,01	Tâmega	0,01
Região Centro	-0,56	Médio Tejo	-0,02	R. A. Açores	0,00
Médio Tejo	-0,56	Serra da Estrela	-0,02	Médio Tejo	0,00
Baixo Alentejo	-0,73	Baixo Alentejo	-0,03	Algarve	-0,02
Oeste	-1,06	Alto Alentejo	-0,03	Pinhal Litoral	-0,02
Alto Alentejo	-1,20	Oeste	-0,03	Baixo Vouga	-0,07
Alentejo	-1,23	Beira Int. Sul	-0,04	Douro	-0,09
R. Lisboa e V. Tejo	-1,66	Lezíria Tejo	-0,05	Minho-Lima	-0,11
Lezíria Tejo	-1,73	Cova da Beira	-0,05	Dão-Lafões	-0,11
Baixo Mondego	-2,38	Alentejo Central	-0,07	Cávado	-0,12
Grande Lisboa	-2,67	Pinhal Litoral	-0,07	Entre Douro e Vouga	-0,16
Alentejo Central	-2,87	R. A. Açores	-0,08	Região Norte	-0,17
Grande Porto	-3,25	Baixo Mondego	-0,10	R. A. Madeira	-0,21
Pinhal Litoral	-3,78	Alentejo	-0,14	Pinhal Int. Sul	-0,21
Beira Int. Sul	-3,85	Região Centro	-0,16	Península de Setúbal	-0,37
R. A. Açores	-3,88	Grande Porto	-0,33	Grande Porto	-0,43
Serra da Estrela	-3,91	R. Lisboa e V. Tejo	-0,55	R. Lisboa e V. Tejo	-0,58
Cova da Beira	-4,69	Grande Lisboa	-0,57	Grande Lisboa	-0,98

LISTA DOS CONCELHOS

REGIÃO NORTE

Minho Lima

- 1 Arcos de Valdevez2
- Caminha
- 3 Melgaço
- 4 Monção
- 5 Paredes de Coura
- 6 Ponte da Barca
- 7 Ponte de Lima
- 8 Valença
- 9 Viana do Castelo
- 10 V. Nova de Cerveira

Cávado

- 11 Amares
- 12 Barcelos
- 13 Braga
- 14 Esposende
- 15 Terras de Bouro
- 16 Vila Verde

Ave

- 17 Fafe
- 18 Guimarães
- 19 Póvoa de Lanhoso
- 20 Santo Tirso
- 21 Vieira do Minho
- 22 V. Nova de Famalicão

Grande Porto

- 23 Espinho
- 24 Gondomar
- 25 Maia
- 26 Matosinhos
- 27 Porto
- 28 Póvoa de Varzim
- 29 Valongo
- 30 Vila do Conde
- 31 Vila Nova de Gaia

Tâmega

- 32 Amarante
- 33 Baião
- 34 Cabeceiras de Basto
- 35 Castelo de Paiva
- 36 Celorico de Basto
- 37 Cinfães
- 38 Felgueiras
- 39 Lousada
- 40 Marco de Canaveses
- 41 Mondim de Basto
- 42 Paços de Ferreira
- 43 Paredes
- 44 Penafiel
- 45 Resende
- 46 Ribeira de Pena

Entre Douro e Vouga

- 47 Arouca
- 48 Feira
- 49 Oliveira de Azeméis
- 50 São João da Madeira
- 51 Vale de Cambra

Douro

- 52 Alijó
- 53 Armamar
- 54 Carrizada de Ansiães
- 55 Freixo Espada A Cinta
- 56 Lamego
- 57 Mesão Frio
- 58 Moimenta da Beira
- 59 Penedono
- 60 Peso da Régua
- 61 Sabrosa
- 62 Sta. Marta de Penaguião
- 63 São João da Pesqueira
- 64 Sernancelhe
- 65 Tabuaço
- 66 Tarouca
- 67 Torre de Moncorvo
- 68 Vila Flor
- 69 Vila Nova de Foz Côa
- 70 Vila Real

Alto Trás-os-Montes

- 71 Alfândega da Fé
- 72 Boticas
- 73 Bragança
- 74 Chaves
- 75 Macedo de Cavaleiros
- 76 Miranda do Douro
- 77 Mirandela

- 78 Mogadouro
- 79 Montalegre
- 80 Murça
- 81 Valpaços
- 82 Vila Pouca de Aguiar
- 83 Vimioso
- 84 Vinhais

REGIÃO CENTRO

Baixo Vouga

- 85 Águeda
- 86 Albergaria-a-Velha
- 87 Anadia
- 88 Aveiro
- 89 Estarreja
- 90 Ílhavo
- 91 Mealhada
- 92 Murtosa
- 93 Oliveira do Bairro
- 94 Ovar
- 95 Sever do Vouga
- 96 Vagos

Baixo Mondego

- 97 Cantanhede
- 98 Coimbra
- 99 Condeixa-a-Nova
- 100 Figueira da Foz
- 101 Mira
- 102 Montemor-o-Velho
- 103 Penacova
- 104 Soure

Pinhal Litoral

- 105 Batalha
- 106 Leiria
- 107 Marinha Grande
- 108 Pombal
- 109 Porto de Mós

Pinhal Interior Norte

- 110 Alvaiázere
- 111 Ansião
- 112 Arganil
- 113 Castanheira de Pêra
- 114 Figueiró dos Vinhos
- 115 Góis
- 116 Lousã
- 117 Miranda do Corvo
- 118 Oliveira do Hospital
- 119 Pampilhosa da Serra
- 120 Pedrógão Grande
- 121 Penela
- 122 Tábua
- 123 Vila Nova de Poiares

Pinhal Interior Sul

- 124 Mação
- 125 Oleiros
- 126 Proença-a-Nova
- 127 Sertã
- 128 Vila de Rei

Dão Lafões

- 129 Aguiar da Beira
- 130 Carregal do Sal
- 131 Castro Daire
- 132 Mangualde
- 133 Mortágua
- 134 Nelas
- 135 Oliveira de Frades
- 136 Penalva do Castelo
- 137 Santa Comba Dão
- 138 São Pedro do Sul
- 139 Sátão
- 140 Tondela
- 141 Vila Nova de Paiva
- 142 Viseu
- 143 Vouzela

Serra da Estrela

- 144 Fornos de Algodres
- 145 Gouveia
- 146 Seia

Beira Interior Norte

- 147 Almeida
- 148 Celorico de Beira
- 149 Figueira de Castelo Rodrigo
- 150 Guarda
- 151 Manteigas
- 152 Mêda
- 153 Pinhel

- 154 Sabugal
 - 155 Trancoso
- ### Beira Interior Sul
- 156 Castelo Branco
 - 157 Idanha-a-Nova
 - 158 Penamacor
 - 159 Vila Velha de Ródão

Cova da Beira

- 160 Belmonte
- 161 Covilhã
- 162 Fundão

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Oeste

- 163 Alcobaça
- 164 Alenquer
- 165 Arruda dos Vinhos
- 166 Bombarral
- 167 Cadaval
- 168 Caldas da Rainha
- 169 Lourinhã
- 170 Mafra
- 171 Nazaré
- 172 Óbidos
- 173 Peniche
- 174 Sobral Monte Agraço
- 175 Torres Vedras

Grande Lisboa

- 176 Amadora
- 177 Cascais
- 178 Lisboa
- 179 Loures
- 180 Oeiras
- 181 Sintra
- 182 Vila Franca de Xira

Península de Setúbal

- 183 Alcochete
- 184 Almada
- 185 Barreiro
- 186 Moita
- 187 Montijo
- 188 Palmela
- 189 Seixal
- 190 Sesimbra
- 191 Setúbal

Médio Tejo

- 192 Abrantes
- 193 Alcanena
- 194 Constância
- 195 Entroncamento
- 196 Ferreira do Zêzere
- 197 Gavião
- 198 Sardoal
- 199 Tomar
- 200 Torres Novas
- 201 V. Nova da Barquinha
- 202 Vila Nova de Ourém

Lezíria do Tejo

- 203 Almeirim
- 204 Alpiarça
- 205 Azambuja
- 206 Benavente
- 207 Cartaxo
- 208 Chamusca
- 209 Coruche
- 210 Golegã
- 211 Rio Maior
- 212 Salvaterra de Magos
- 213 Santarém

REGIÃO DO ALENTEJO

Alentejo Litoral

- 214 Alcácer do Sal
- 215 Grândola
- 216 Odemira
- 217 Santiago do Cacém
- 218 Sines

Alto Alentejo

- 219 Alter do Chão
- 220 Arronches
- 221 Avis
- 222 Campo Maior
- 223 Castelo de Vide
- 224 Crato

- 225 Elvas
- 226 Fronteira
- 227 Marvão
- 228 Monforte
- 229 Mora
- 230 Nisa
- 231 Ponte de Sôr
- 232 Portalegre

Alentejo Central

- 233 Alandroal
- 234 Arraiolos
- 235 Borba
- 236 Estremoz
- 237 Évora
- 238 Montemor-o-Novo
- 239 Mourão
- 240 Portel
- 241 Redondo
- 242 Reguengos de Monsaraz
- 243 Sousel
- 244 Vendas Novas
- 245 Viana do Alentejo
- 246 Vila Viçosa

Baixo Alentejo

- 247 Ajustrel
- 248 Almodôvar
- 249 Alvíto
- 250 Barrancos
- 251 Beja
- 252 Castro Verde
- 253 Cuba
- 254 Ferreira do Alentejo
- 255 Mértola
- 256 Moura
- 257 Ourique
- 258 Serpa
- 259 Vidigueira

REGIÃO DO ALGARVE

- 260 Albufeira
- 261 Alcoutim
- 262 Aljezur
- 263 Castro Marim
- 264 Faro
- 265 Lagoa
- 266 Lagos
- 267 Loulé
- 268 Monchique
- 269 Olhão
- 270 Portimão
- 271 S. Brás de Alportel
- 272 Silves
- 273 Tavira
- 274 Vila do Bispo
- 275 Vila Real de Santo António

R. AUT. DOS AÇORES

- 276 Sta Cruz da Graciosa
- 277 Calheta
- 278 Velas
- 279 Angra do Heroísmo
- 280 Vila Praia da Vitória
- 281 Corvo
- 282 Horta
- 283 Lajes das Flores
- 284 Sta Cruz das Flores
- 285 Lajes do Pico
- 286 Madalena
- 287 São Roque do Pico
- 288 Vila do Porto
- 289 Lagoa
- 290 Nordeste
- 291 Ponta Delgada
- 292 Povoação
- 293 Ribeira Grande
- 294 Vila Franca do Campo

R. AUT. DA MADEIRA

- 295 Calheta
- 296 Câmara de Lobos
- 297 Funchal
- 298 Machico
- 299 Ponta do Sol
- 300 Porto Moniz
- 301 Ribeira Brava
- 302 Santa Cruz
- 303 Santana
- 304 São Vicente
- 305 Porto Santo

ALGUMAS PUBLICAÇÕES DO INE

ÁREA / PUBLICAÇÃO	Ass. Anual Preço+ Portes	Avulso Preço+ Portes
ESTATÍSTICAS REGIONAIS - REGIÃO CENTRO		
Anuário Estatístico da Região Centro - 1996 (Publicação)	-----	6500\$+510\$
Anuário Estatístico da Região Centro - 1996 (Disquete)	-----	6000\$+220\$
Cadernos Regionais N°7 - 1997	-----	2100\$+280\$
Inventário Municipal (Volume 2/1994) - Região Centro -(Publicação + Disquete)	-----	5000\$+510\$
ESTATÍSTICAS GERAIS		
Anuário Estatístico de Portugal - 1996	-----	10200\$+510\$
Boletim Mensal de Estatística - 1997	21890\$+1860\$	2280\$+280\$
Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio II - 1995 (Publicação + Disquete)	-----	3500\$+510\$
POPULAÇÃO, AMBIENTE E CONDIÇÕES SOCIAIS		
Estatísticas do Emprego (Trimestral) - 1997	3390\$+320\$	1060\$+280\$
Estatísticas Demográficas - 1996	-----	7410\$+510\$
Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio - 1995	-----	4300\$+510\$
Estatísticas da Saúde - 1996	-----	9000\$+510\$
Indicadores Demograficos (Trimestral) - 1997	2400\$+320\$	750\$+80\$
Estatísticas do Ambiente - 1995	-----	3900\$+ 280\$
INDÚSTRIA, CONSTRUÇÃO E ENERGIA		
Estatísticas da Produção Industrial - 1994	-----	1700\$+280\$
Índice de Produção Industrial (Mensal) - 1997	2690\$+960\$	280\$+ 80\$
COMÉRCIO EXTERNO		
Comércio Internacional (Mensal) - 1997	13340\$+960\$	1390\$+280\$
Estatísticas do Comércio Internacional - 1995	-----	8060\$+510\$
AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
Estado das Culturas e Revisão das Colheitas (Mensal) - 1997	4220\$+960\$	440\$+ 80\$
Estatísticas da Pesca - 1996	-----	2710\$+280\$
Estatísticas Agrícolas - 1996	-----	1500\$+280\$
Estatísticas da Produção Agro-Industrial - 1992 a 1995	-----	1200\$+280\$
Estatísticas Regionais da Produção Industrial - 1986 a 1995	-----	800\$+280\$
A Floresta nas Explorações Agrícolas - 1995	-----	600\$+80\$
ECONOMIA E FINANÇAS		
Estatísticas das Empresas - Construção e Obras Públicas - 1995	-----	900\$+280\$
Contas Nacionais - 1993	-----	2860\$+280\$
Índice de Preços no Consumidor - Nacional (Mensal) 1997	13630\$+960\$	1420\$+280\$
Inquérito Mensal de Conj. à Construção e Obras Públicas - 1997	9600\$+960\$	1000\$+280\$
Estatísticas das Empresas - Hoteis, Retaur. e Ag. de Viagens e Turismo - 1995	-----	2270\$+280\$
Estatísticas das Empresas - Comércio 1995	-----	2240\$+280\$
Estatísticas das Empresas - Transp., Armazenamento e Comunica. - 1995	-----	2560\$+280\$
Estatísticas das Empresas - Indústria - 1995	-----	1330\$+280\$
Estatísticas das Administrações Públicas - 1995	-----	2820\$+280\$
Estatísticas das Empresas - Educação 1990/1993	-----	2500\$+280\$
Estatísticas das Empresas (Oper. sobre Imóveis e Serv. Pres. às Empre.) - 1995	-----	3870\$+280\$
Estatísticas da Construção de Edifícios - 1996	-----	1950\$+280\$
Inquérito Mensal de Conj. ao Comércio - 1997	14400\$+960\$	1500\$+280\$
Índice de Volume de Vendas do Comércio a Retalho - 1997	1920\$+960\$	200\$+280\$
SERVIÇOS		
Estabelecimentos Comerciais - 1996	-----	1250\$+280\$
Estatísticas dos Transportes e Comunicações - 1995	-----	6760\$+510\$
Estatísticas do Turismo - 1996	-----	4870\$+510\$
NOMENCLATURA E CONCEITOS ESTATÍSTICOS		
Classificação das Actividades Económicas (CAE) - Rev. 2 - Índice Alfabético	-----	5000\$+510\$
REFTER - Nomenclaturas Territoriais - 1996	-----	4000\$+510\$
ESTUDOS, METODOLOGIAS E COOPERAÇÃO		
O Sistema Estatístico Nacional	-----	3900\$+280\$
História da Estatística em Portugal	-----	9500\$+510\$



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Com o objectivo de melhorar a qualidade dos nossos produtos e serviços e, conseqüentemente, o nível de satisfação das suas necessidades de informação, solicita-se o favor de responder ao questionário que se segue e remetê-lo para o INE (**Postal RSF - em anexo; não precisa de selo**).

Anualmente o INE edita um catálogo que visa dar a conhecer a informação disponível em publicações, suporte electrónico e não publicada. Este catálogo é gratuito, podendo ser enviado a pedido.

Visite o INE na INTERNET no Endereço: <http://www.ine.pt>

Moradas para pedidos de informação:

Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Av. António José de Almeida
1000 LISBOA
Telef: (01) 847 00 50 - Fax: (01) 847 85 78

Direcção Regional do Norte
Edifício Scala - Rua do Vilar, 235-9º
4050 PORTO
Telef: (02) 607 20 00 - Fax: (02) 607 20 05

Direcção Regional do Centro
Rua Aires de Campos, Casa das Andorinhas
3000 COIMBRA
Telef: (039) 40 30 45 - Fax: (039) 40 30 18

Direcção Regional do Alentejo
Rua Miguel Bombarda, 34/36
7000 ÉVORA
Telef: (066) 25 544 - Fax: (066) 29 326

Direcção Regional de Estatística da Madeira
Calçada de Santa Clara, 40
9000 FUNCHAL
Telef: (091) 74 25 82 - Fax: (091) 74 19 09

Serviço Regional de Estatística dos Açores
Rua Caminho do Meio, 56, S. Carlos
9700 ANGRA DO HEROÍSMO
Telef: (095) 31 14 7/8 - Fax: (095) 32 848

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

1. Recebeu esta publicação por?

ASSINATURA AVULSO OFERTA

2. Quais os capítulos desta publicação cuja informação utiliza com mais frequência?

3. Esta publicação satisfaz as suas necessidades de Informação Estatística, nesta área?

MUITO RAZOAVELMENTE POUCO NADA

4. Classifique (marcando com um X) esta publicação, relativamente aos seguintes atributos:

- 4.1. Actualidade da informação?
- 4.2. Qualidade da informação?
- 4.3. Conteúdo (grau de utilidade)?
- 4.4. Qualidade Gráfica?
- 4.5. Outros?

BOM	MÉDIO	MAU

↳ ESPECIFIQUE _____

5. Que informação adicional gostaria de ver incluída nesta publicação?

6. Utilizaria a informação desta publicação se estivesse também disponível em disquete?

SIM NÃO

Nome _____

Empresa _____

Morada _____

C. Postal _____ Localidade _____

Telf. () _____ Fax () _____ Data / /

(ass.)
desejo receber o "Catálogo de Publicações"

SIM NÃO

